SIGMUND FREUD

Ministério da Educação | Fundação Joaquim Nabuco

Coordenação executiva
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier e Isabela Cribari

Comissão técnica
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (presidente)
Antonio Carlos Caruso Ronca, Ataíde Alves, Carmen Lúcia Bueno Valle,
Célio da Cunha, Jane Cristina da Silva, José Carlos Wanderley Dias de Freitas,
Justina Iva de Araújo Silva, Lúcia Lodi, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero

Revisão de conteúdo
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, Célio da Cunha, Jáder de Medeiros Britto,
José Eustachio Romão, Larissa Vieira dos Santos, Suely Melo e Walter Garcia

Secretaria executiva
Ana Elizabete Negreiros Barroso
Conceição Silva

Alceu Amoroso Lima | Almeida Júnior | Anísio Teixeira
Aparecida Joly Gouveia | Armanda Álvaro Alberto | Azeredo Coutinho
Bertha Lutz | Cecília Meireles | Celso Suckow da Fonseca | Darcy Ribeiro
Durmeval Trigueiro Mendes | Fernando de Azevedo | Florestan Fernandes
Frota Pessoa | Gilberto Freyre | Gustavo Capanema | Heitor Villa-Lobos
Helena Antipoff | Humberto Mauro | José Mário Pires Azanha
Julio de Mesquita Filho | Lourenço Filho | Manoel Bomfim
Manuel da Nóbrega | Nísia Floresta | Paschoal Lemme | Paulo Freire
Roquette-Pinto | Rui Barbosa | Sampaio Dória | Valnir Chagas

Alfred Binet | Andrés Bello
Anton Makarenko | Antonio Gramsci
Bogdan Suchodolski | Carl Rogers | Célestin Freinet
Domingo Sarmiento | Édouard Claparède | Émile Durkheim
Frederic Skinner | Friedrich Fröbel | Friedrich Hegel
Georg Kerschensteiner | Henri Wallon | Ivan Illich
Jan Amos Comênio | Jean Piaget | Jean-Jacques Rousseau
Jean-Ovide Decroly | Johann Herbart
Johann Pestalozzi | John Dewey | José Martí | Lev Vygotsky
Maria Montessori | Ortega y Gasset
Pedro Varela | Roger Cousinet | Sigmund Freud

SIGMUND FREUD

Bernard Jolibert

Tradução e organização
Elaine Terezinha Dal Mas Dias

ISBN 978-85-7019-555-5

MEC | Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana

Editora Massangana
Avenida 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | Recife | PE | CEP 52061-540
www.fundaj.gov.br

Coleção Educadores
Edição-geral
Sidney Rocha
Coordenação editorial
Selma Corrêa
Assessoria editorial
Antonio Laurentino
Patrícia Lima
Revisão
Sygma Comunicação
Revisão técnica
Sandra Francesca Conte de Almeida
Jeanne Marie Claire Sawaya
Ilustrações
Miguel Falcão

Foi feito depósito legal
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco. Biblioteca)

Jolibert, Bernard.
Sigmund Freud / Bernard Jolibert; tradução: Elaine Teresinha Dal Mas Dias. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
120 p.: il. – (Coleção Educadores)
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7019-555-5
1. Freud, Sigmund, 1856-1939. 2. Educação – Pensadores – História. I. Título.
CDU 37

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O propósito de organizar uma coleção de livros sobre educadores e pensadores da educação surgiu da necessidade de se colocar à disposição dos professores e dirigentes da educação de todo o país obras de qualidade para mostrar o que pensaram e fizeram alguns dos principais expoentes da história educacional, nos planos nacional e internacional. A disseminação de conhecimentos nessa área, seguida de debates públicos, constitui passo importante para o amadurecimento de ideias e de alternativas com vistas ao objetivo republicano de melhorar a qualidade das escolas e da prática pedagógica em nosso país.

Para concretizar esse propósito, o Ministério da Educação instituiu Comissão Técnica em 2006, composta por representantes do MEC, de instituições educacionais, de universidades e da Unesco que, após longas reuniões, chegou a uma lista de trinta brasileiros e trinta estrangeiros, cuja escolha teve por critérios o reconhecimento histórico e o alcance de suas reflexões e contribuições para o avanço da educação. No plano internacional, optou-se por aproveitar a coleção *Penseurs de l´éducation,* organizada pelo *International Bureau of Education* (IBE) da Unesco em Genebra, que reúne alguns dos maiores pensadores da educação de todos os tempos e culturas.

Para garantir o êxito e a qualidade deste ambicioso projeto editorial, o MEC recorreu aos pesquisadores do Instituto Paulo Freire e de diversas universidades, em condições de cumprir os objetivos previstos pelo projeto.

Ao se iniciar a publicação da Coleção Educadores*, o MEC, em parceria com a Unesco e a Fundação Joaquim Nabuco, favorece o aprofundamento das políticas educacionais no Brasil, como também contribui para a união indissociável entre a teoria e a prática, que é o de que mais necessitamos nestes tempos de transição para cenários mais promissores.

É importante sublinhar que o lançamento desta Coleção coincide com o 80º aniversário de criação do Ministério da Educação e sugere reflexões oportunas. Ao tempo em que ele foi criado, em novembro de 1930, a educação brasileira vivia um clima de esperanças e expectativas alentadoras em decorrência das mudanças que se operavam nos campos político, econômico e cultural. A divulgação do *Manifesto dos pioneiros* em 1932, a fundação, em 1934, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, são alguns dos exemplos anunciadores de novos tempos tão bem sintetizados por Fernando de Azevedo no *Manifesto dos pioneiros*.

Todavia, a imposição ao país da Constituição de 1937 e do Estado Novo, haveria de interromper por vários anos a luta auspiciosa do movimento educacional dos anos 1920 e 1930 do século passado, que só seria retomada com a redemocratização do país, em 1945. Os anos que se seguiram, em clima de maior liberdade, possibilitaram alguns avanços definitivos como as várias campanhas educacionais nos anos 1950, a criação da Capes e do CNPq e a aprovação, após muitos embates, da primeira Lei de Diretrizes e Bases no começo da década de 1960. No entanto, as grandes esperanças e aspirações retrabalhadas e reavivadas nessa fase e tão bem sintetizadas pelo *Manifesto dos Educadores de 1959*, também redigido por Fernando de Azevedo, haveriam de ser novamente interrompidas em 1964 por uma nova ditadura de quase dois decênios.

---

* A relação completa dos educadores que integram a coleção encontra-se no início deste volume.

Assim, pode-se dizer que, em certo sentido, o atual estágio da educação brasileira representa uma retomada dos ideais dos manifestos de 1932 e de 1959, devidamente contextualizados com o tempo presente. Estou certo de que o lançamento, em 2007, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como mecanismo de estado para a implementação do Plano Nacional da Educação começou a resgatar muitos dos objetivos da política educacional presentes em ambos os manifestos. Acredito que não será demais afirmar que o grande argumento do *Manifesto de 1932*, cuja reedição consta da presente Coleção, juntamente com o *Manifesto de 1959*, é de impressionante atualidade: "Na hierarquia dos problemas de uma nação, nenhum sobreleva em importância, ao da educação". Esse lema inspira e dá forças ao movimento de ideias e de ações a que hoje assistimos em todo o país para fazer da educação uma prioridade de estado.

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação

SIGMUND FREUD[1]
(1856-1939)

Bernard Jolibert[2]

Em um ensaio publicado em 1925, intitulado *Um estudo autobiográfico*[3], Sigmund Freud nos indica, expressamente, que sua vida, sua obra e o acolhimento que estas receberam não devem jamais ser dissociadas entre si, se deseja-se compreender sua descoberta da psicanálise, ao mesmo tempo como prática terapêutica e como teoria metapsicológica. Nessa estreita ligação, um elemento irá dominar, a ponto de se constituir o verdadeiro projeto existencial: a vontade de compreender a única coisa que importa, o homem. Um estudo autobiográfico, diz o autor,

> mostra como a psicanálise torna-se o conteúdo de minha vida e se conforma, seguidamente, ao princípio justificado que nada do que me ocorre pessoalmente merece interesse ou vigilância, em comparação com minhas relações com a ciência.[4]

O elemento dominante, nessa estreita ligação entre existência, projeto científico e relação com o mundo, é o projeto intelectual que conduz à descoberta da psicanálise, entendida indissoluvelmente

---

[1] Este perfil foi publicado em *Perspectives*: revue trimestrielle d'éducation comparée. Paris, Unesco: Escritório Internacional de Educação, v. 22, n. 3-4, pp. 467-479, 1993.

[2] Bernard Jolibert (França) é professor de Ciências da Educação e de História do Pensamento Educativo na Universidade de La Réunion. Autor de *L'enfance au XVIIe siècle* (1981); *L'éducation: l'idée de raison dans l'histoire de la pensée éducative* (1987); *L'éducation contemporaine* (1989); Fundador da coleção Philosophie de l'éducation das Éditions Klincksieck (Paris, França); traduziu e publicou *De Magistro,* de Santo Agostinho, assim como a *Grande Didactique,* de Comênio e *De Pueris,* de Erasmo.

[3] Tradução para o francês: *Sigmund Freud présenté par lui-même*, Paris, Gallimard, 1991.

[4] *Idem*, pp.121 e 122, *post-scriptum* de 1935.

como terapêutica e como modelo hipotético de compreensão dos comportamentos humanos. Qual foi o itinerário de Freud?

Uma vida, uma obra

Para ser fiel a Freud, o melhor é seguir seu próprio relato autobiográfico, que poderíamos intitular, à maneira de Allan, "a história de minhas ideias", tanto pelas descobertas científicas principais como pelas etapas essenciais sobre o caminho da vida.

O primeiro grande período corresponde aos anos de aprendizagem. Nascido em Freiberg, em 6 de maio de 1856, na Moravia (atual República Checa), Freud diz ter de sua origem judaica três qualidades que o auxiliaram muito nessa luta: veneração pelo conhecimento em geral, sobretudo pelas ciências; espírito crítico bastante livre; e grande resistência à hostilidade. Quanto à sua situação familiar, ele parece deixar como exemplar o complexo de Édipo: um pai que se casa com uma jovem mulher, pouco mais velha que os filhos do primeiro casamento.

A sede de saber vai orientar desde o início o jovem Freud para a medicina, a botânica, a química, a anatomia patológica e também para a filosofia e para a história. Como escreveu, justamente, M. Robert:

> Materialista, positivista… firmemente convencido de que as causas das doenças devem ser procuradas no organismo e que a opinião contrária não passa de uma ilusão ou um pré-julgamento, o Freud anterior a Freud poderia, sem dúvida, ser um desses pesquisadores eminentes no estreito círculo de sua especialidade, mais ou menos distante do grande público.[5]

Uma nova experiência médica introduziu uma mudança de orientação e abriu um novo período que Freud chamou com humor a "pré-história catártica da psicanálise"[6]. Confrontando os pacientes, injustamente qualificados de "simuladores" ou de "ner-

[5] Robert, M. Artigo Sigmund Freud, in *Encyclopaedia Universalis,* Paris, 1980, v. 7, p.384.

[6] Sigmund Freud: autobiografia, op. cit. p.93.

vosos", ele começa a dedicar-se à delicada questão da histeria. No contato com Charcot, em Paris, com Liebault e com Bernheim, em Nancy, depois com Janet, ele descobre, pela hipnose e pela sugestão médica, que poderiam existir "processos psíquicos poderosos que não se subtraem da consciência do homem"[7] e o impulsionam a agir sem saber por quê. Rapidamente, compreende que os sintomas histéricos se ligam a experiências esquecidas. A crise catártica mostra que o sintoma nasce da retenção de um afeto e que esse afeto é, frequentemente ligado à sexualidade. Contrariamente ao que pensa Janet, o histérico não sofre de uma fraqueza constitucional que leva a uma clivagem psíquica; deve se falar de um verdadeiro conflito "psíquico inconsciente", ainda que essa expressão possa parecer monstruosa[8]. A desventura de Breuer com Anna confirma que, na experiência catártica, o histérico não é simulador, mas um doente que busca a expressão de algo a que habitualmente não tem acesso.

Freud mesmo admitiu que o período histórico da psicanálise se inicia com a comprovação de que a ab-reação não é suficiente para curar o doente. Existem resistências e recalques que devem ser trazidos à luz para que sejam substituídos por "atos de juízo que conduzam à aceitação ou à rejeição"[9] daquilo que foi anteriormente reprimido. A livre expressão do paciente impedirá recaídas que duram muito tempo, coisa que a simples catarse não permitia.

Inicia, então, o período analítico propriamente teórico, que deve ser entendido como a "tentativa de se representar o aparelho psíquico com base em determinado número de instâncias ou de sistemas, e de se conhecer as relações existentes entre eles"[10]. "As doutrinas da resistência e do recalcamento, do inconsciente, da significação etiológica da vida sexual e a importância das ex-

---

[7] FREUD, 1991, p.30.

[8] *Id., ib.,* p.54.

[9] *Id., ib.,* p.51.

[10] *Id., ib.,* p.55.

periências vividas na infância são os principais elementos do edifício teórico da psicanálise"[11].

A partir dessa época, Freud não estava mais sozinho; seus colaboradores e seus discípulos adquirem importância crescente, com o risco de deformar e de trair a inspiração de sua busca. Parece inútil entrar nas querelas de doutrina que irão assombrar a velhice do pai da psicanálise. Seu trabalho se orientou para o aprofundamento e a generalização dos resultados obtidos em outros domínios do conhecimento (antropologia, história, religião, sonhos, provérbios, artes etc.). A glória alcançará Freud ao mesmo tempo em que o desgosto, com a ascensão do nazismo na Alemanha:

> É em 1929 que Thomas Mann, um dos autores com maior vocação para porta-voz do povo alemão, atribuiu-me um lugar na história do pensamento moderno, com frases benevolentes e ricas de conteúdo. Pouco tempo depois, minha filha Anna foi festejada na prefeitura de Francfort-sur-le-Main, no momento em que recebeu, em meu lugar, o prêmio Goethe que me foi conferido em 1930. Esse foi o ponto culminante de minha vida social; pouco tempo depois nossa pátria foi confinada em sua estreiteza e a nação não mais quis saber de nós.[12]

Em 1938, um ano antes de sua morte, Freud deixou Viena, onde havia passado toda sua vida, obrigado ao exílio pela chegada do nazismo.

A educação

O que se pode dizer da aplicação da psicanálise à pedagogia? Freud diz que, pessoalmente, não contribuiu em nada, deixando para Melanie Klein e Anna Freud, sua filha, o cuidado de uma aplicação do modelo metapsicológico ao campo da educação[13].

Contudo, a infância está presente em toda reflexão freudiana. Raras são as notas analíticas que não fazem referência a ela. Da teoria

---

[11] *Id.*, *ib.*, p.67.

[12] *Idem* p.124.

[13] *Idem*, p.118.

das fases ao conceito de "sedução precoce", da ideia de sexualidade infantil ao complexo de Édipo, o conjunto da obra repousa sobre uma teoria da infância e de seu desenvolvimento. A infância aparece como um período determinante para a formação da pessoa.

Assim, a influência de Freud sobre a reflexão educativa do século XX é decisiva, e são raros os autores contemporâneos que tenham abordado a pedagogia sem fazer referência direta ou indireta a Freud. Alguns se apoiam explicitamente em sua doutrina para justificar uma concepção, outros se limitam a tomar emprestados certos conceitos. Não é certo, contudo, que esse sucesso incontestável não esteja ligado a certa flutuação na interpretação, pois aqueles que o veem como denunciador da assimilação (educação – autoridade – neurose) o consideram partidário da não diretividade, enquanto outros recorrem a ele em apoio à autoridade adulta. Os intérpretes de Freud dividem suas postulações em visões contraditórias acerca do papel e dos limites da educação.

Talvez isso se deva ao fato de Freud não ter deixado nenhum tratado específico sobre a questão educativa. De fato, Freud jamais redigiu um trabalho tendo como objeto esse problema, o que não o impediu, contudo, ao longo de sua obra, de pesquisar, examinar, criticar, se necessário, o papel dos professores, dos pais, ou seja, a autoridade adulta sobre a criança. Não há obra de Freud, em um momento ou outro de seu desenvolvimento, em que não seja cotejada a questão educativa. Desde *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905) até *Mal-estar na civilização* (1930), as referências à educação são constantes. Se conservadores e revolucionários defendem suas teses, significa que essa reflexão dispersa, que responde a questões tão diversas quanto as que se encontram em *Totem e tabu* e no Caso do pequeno Hans, em *Cinco lições de psicanálise*, é essencial. Talvez, entretanto, pudesse parecer ambígua em uma leitura superficial.

Na realidade, o pensamento de Freud sobre a educação, como veremos, sobre a questão da adaptação da criança à realidade, ao

mesmo tempo natural e social, testemunha uma unidade, uma continuidade e uma firmeza indubitável. Sua coerência deriva, sem dúvida, do fato de a psicanálise não se reduzir a uma simples metodologia terapêutica, mas ser encarada como um ponto de vista global sobre a existência, no qual a vida da criança é um momento primeiro e fundador.

O ponto de partida do pensamento de Freud sobre a educação situa-se na confluência de dois questionamentos: um questionamento biológico e um questionamento histórico. A biologia, primeira disciplina de Freud, permitiu-lhe descobrir a imaturidade da criança ao nascer. Comparado com outras espécies animais, o pequeno homem parece inacabado. Não somente ele nasce nu e incapaz de se nutrir, como esse estado dura muito tempo. Essa debilidade nativa o condena a uma proteção e, por conseguinte, uma influência muito longa e muito importante da parte dos adultos. A história individual infantil é marcante e seus traços subsistem, indeléveis, no homem adulto. Essa primeira intuição foi sistematizada por Freud em seus trabalhos iniciais ao rejeitar sucessivamente a explicação "nervosa" dos transtornos mentais[14] e ao refutar a suposição da neurose pela hereditariedade[15]. Ele vê nas transformações da infância a origem dos transtornos dos adultos. Como, então, não considerar a questão educativa como essencial? Se o adulto é filho da criança, como deixar de lado a questão da infância e sua educação?

A cultura pessoal de Freud o conduziu a perceber, para além das diferenças históricas, das divergências culturais, da variedade dos fatos da civilização, uma mesma problemática: a condição do homem como ser cultural. Por toda parte há, certamente, uma porção da natureza, do biológico, dos instintos, mas o homem se torna homem porque esse instinto passa pelo outro, pela disciplina da cultura. Essa passagem, cujo protótipo é o Édipo, é que define a condição humana. O

---

[14] Freud, S. e Breuer, J.. *Estudo sobre a histeria*, Paris, PUF., 1956.

[15] Freud, S. *Neurose e psicose*.

encontro do desejo natural e da cultura se faz, inicialmente pela interdição do incesto, qualquer que seja a forma que ele adote. Essa lei primordial do desenvolvimento, analisada do ponto de vista filogenético em *Totem e tabu*, e do ponto de vista ontogenético em *Inibição, Sintoma e Angústia*, marca o modelo pelo qual a cultura se institui em nós.

Compreende-se, então, que partindo desse duplo ponto de vista, Freud foi conduzido, desde o início de sua pesquisa sobre a histeria e a etiologia das neuroses, a uma interrogação sobre o sentido e os valores dessa prática, que não tem outra finalidade senão fazer com que a criança passe do imediatismo do desejo à realidade social. A educação se define como uma ação do adulto sobre a criança, ação da passagem do prazer à realidade, quer dizer, do desejo bruto ao desejo socializado, integrado a um universo inter-humano regrado. Como se faz essa integração?

É importante notar que Freud não recorreu, para explicar a socialização do indivíduo, a hipóteses como a maturação, que supõe uma espécie de aptidão vazia que os costumes sociais viriam preencher. Freud evita o debate entre o inato e o adquirido. Para explicar a socialização da criança, Freud invoca a necessidade de uma ação repressiva. A educação começa impedindo a livre expressão de certas tendências pulsionais espontâneas. Assim, a função repressiva da educação não é, por si mesma, uma função anexa, parasitária, passível de supressão; a interdição constitui a essência da ação socializante.

É durante o período da latência, total ou parcial, que se constituem as forças psíquicas que, mais tarde farão obstáculos às pulsões sexuais que, semelhantes à maneira de diques, limitarão e estreitarão seus cursos (o asco, o pudor, as aspirações morais, estéticas). Frente à criança nascida em uma sociedade civilizada, se tem o sentimento de que a construção desses diques é obra da educação.[16]

---

[16] Freud, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade,* Paris, Gallimard, 1962, p.69 e 70.

A psicanálise do pequeno Hans confirma essa concepção. A conclusão do comentário de Freud recorda[17] que até o momento presente, a tarefa da educação se apresenta como uma tarefa de "dominação ou, mais especificamente, de repressão dos instintos". Ele acrescenta, imediatamente, que na educação mais suave, a que tenta evitar que a interdição degenere a um estado mórbido, subsiste um mínimo necessário de proibição. Para se fazer um indivíduo "capaz de cultura", para se fazer um ser "socialmente utilizável", é exigido um mínimo de sacrifício de sua atividade pulsional imediata.

Devemos deduzir que a ação da educação consiste em substituir o desejo pela regra social, em instaurar novo princípio de regulação psíquica no lugar do prazer? O princípio de realidade substituiria o princípio do prazer. Freud seria, então o inspirador das doutrinas educativas totalitárias. Se o desprazer é o único meio educativo eficaz, o princípio do prazer e o princípio de realidade aparecem como radicalmente inconciliáveis. O conjunto do aparelho psíquico do indivíduo obedeceria ou bem a um ou a outro princípio, em uma alternativa sem combinação possível. Se educar é substituir o prazer pela realidade, o instinto pela sociedade, o desejo pela regra, a socialização é uma substituição pura e simples. À obediência interna ao prazer, derivado da descarga imediata de energia, se substitui à regra exterior, natural (dureza da realidade) ou cultural (leis, princípios morais, costumes que preexistem socialmente à vinda de uma criança ao mundo).

A educação seria, então, a prática (técnicas, procedimentos, métodos, conteúdos pedagógicos) pela qual os adultos imporiam às crianças, mais ou menos rigorosamente, a renúncia ao imediatismo do prazer instintual, substituindo-o pela obediência à realidade. Essa substituição implicaria sofrimento corretivo que seria necessário cuidar para que não degenerasse em um estado mórbido.

---

[17] Freud, S. *O caso do pequeno Hans*, Paris, PUF., 1954, p.197.

De fato, se Freud não parece jamais renunciar à sua ideia de que um mínimo de repressão instintual é necessário na educação, ele é muito menos categórico quanto à alternativa que ela parece implicar.

Vê-se rapidamente, então, que se a finalidade da educação é instaurar o princípio de realidade como princípio regulador das condutas individuais, essa instauração não implica de maneira alguma uma substituição. Na realidade, não se trata de renunciar ao prazer, mas ao seu caráter imediato. Assim mesmo, não se trata de rejeitar a vida pulsional, de negá-la (Freud sabe bem que essa rejeição equivale a uma negativa sem eficácia), mas de adaptá-la, de ajustá-la a uma realidade natural e social incontornável, realidade na qual deve encontrar sua expressão.

Vê-se que a educação, segundo Freud, não visa a uma substituição ingênua ou ilusória, mas uma espécie de adaptação que permita conservar na realidade, sob uma forma modificada, aceitável pela realidade, todo ou parte desse prazer regulador necessário ao aparelho psíquico. Se quisermos compreender como é possível chegar a um acordo entre realidade e prazer, é necessário delimitar esses dois princípios.

O princípio do prazer é um princípio na medida em que regula repentinamente a atividade global do indivíduo em estado bruto. Poderíamos defini-lo dizendo que ele fornece uma regra principal, segundo a qual nossas ações, nossos sentimentos, nosso pensamento em geral são governados pela busca do prazer e pela evitação do desprazer: "Aparentemente, o conjunto do nosso aparelho psíquico tem o propósito de procurar o prazer e evitar o desprazer; ele é regido automaticamente pelo princípio do prazer"[18]. "Os homens querem ser felizes e assim permanecer. Essa aspiração tem duas faces, um propósito negativo e um propósito positivo: de um lado evitar a dor e de outro buscar um gozo intenso"[19].

---

[18] Freud, S. *Essais de Psychanalyse Appliquée*, Paris, Gallimard 1933, p.13.

[19] Freud, S. *O mal-estar da civilização,* Paris, PUF., 1971, p.20.

Freud acrescenta imediatamente que esse princípio determina não somente o propósito da existência, mas governa desde a origem todas as operações do aparelho psíquico.

Poder-se-ia dizer que a neurose, em sua integralidade, provém da interdição. A instituição educativa seria patológica, por essência, pois prejudica a expressão de um princípio natural. A verdadeira educação consistiria, ao contrário, em reconhecer esse princípio como regulador. A pedagogia sem frustração nem repressão seria possível numa espécie de harmonia espontânea dos prazeres e dos desejos inter-humanos.

O real

Por que Freud não retém essa hipótese? Não disse ele que "o homem primitivo era privilegiado, já que não conhecia nenhuma restrição de seus instintos?"[20]. Às vezes, pode-se observar alguns traços de nostalgia da inocência perdida nas críticas que Freud dirige à educação desmedidamente repressiva de seu tempo. Por que, todavia, é impossível conceber uma educação não repressiva?

As causas são diversas e múltiplas.

Primeiramente, o princípio do prazer não pode se constituir em um objetivo. Por essência, o prazer existe no desequilíbrio. E esse desequilíbrio entra em conflito com o mínimo de estabilidade que necessita toda civilização. A conjunção entre tensão progressiva e estabilidade é impossível. Ademais, se o princípio do prazer explica bem os movimentos humanos, seu objetivo de uma felicidade perfeita, infinita, eterna, é irrealizável. Essa crítica centra-se na insuficiência interna do princípio do prazer:

> O que se nomeia felicidade, em sentido mais restrito, é resultado de uma satisfação repentina de necessidades que alcançaram alta-tensão e que, por sua própria natureza, só é possível sob a forma de fenômeno episódico. Toda persistência desse estado procurado pelo princípio do

---

[20] *Idem*, p.69.

> prazer gera apenas um bem-estar um tanto superficial… Dessa maneira, nossas faculdades de felicidade estão limitadas pela nossa constituição.[21]

Nesse sentido, o prazer não é suficiente para definir um objetivo, já que passa seu tempo afastando-se de si mesmo.

Ademais, o prazer está vinculado, indissoluvelmente e estruturalmente, à dor. O desprazer nos é muito mais familiar do que o prazer, e sua experiência provoca angústia. Nosso próprio corpo, em sua decadência e sua dissolução, nos convida a reduzir nossa pretensão à felicidade absoluta. O mundo exterior, com suas forças inexoráveis naturais, trabalha para nossa aniquilação; os outros seres humanos nem sempre desejam nosso bem. Todos esses fenômenos nos convidam a limitar nossa pretensão de colocar o princípio do prazer no lugar à posição de arquétipo educativo.

Mas a impossibilidade de uma educação não repressiva não repousa somente na análise interna do mecanismo do prazer. Freud ligou a necessidade da educação a uma crítica severa ao estado do "homem primitivo", estado de um ser voltado somente para o livre gozo de suas pulsões. Esse homem, certamente, possui um número de instintos fundamentais, mas a ausência da regulação inter-humana faz com que, mesmo que ele possa gozar, esse gozo não é nem garantido nem desejável.

Os desejos instintivos são os mesmos do ponto de vista filogenético e ontogenético. Idênticos na história da espécie e na história individual; e reaparecem em cada criança que nasce: "Os desejos instintivos que sofrem as consequências da cultura renascem com cada criança… Esses desejos primitivos são aqueles do incesto, do canibalismo e assassinato".[22]

Da mesma maneira que a civilização começou a afastar-se do "estado primitivo" graças à "frustração", à "privação" e à "interdição", a educação individual, como constrangimento, é uma ne-

[21] *Idem*, pp.20 e 21.

[22] Freud, S. *O futuro de uma ilusão*, Paris, PUF., 1971, p.16.

cessidade que permite que a criança passe do desejo primitivo ao desejo dominado.

Essa necessidade repousa sobre a impossibilidade real de gozar livremente de seus instintos, num estado primitivo. Há como uma liberdade para nada, liberdade sem realização possível devido à dureza da natureza, à violência imprevisível das relações sem regra entre os homens. As pulsões agressivas, conflituosas e destrutivas tornam-se autodestrutivas pela ausência de normas.

Essa tendência à agressão "que podemos detectar em nós mesmos e que supomos a existência em outro"[23] é a que impõe a passagem a outra ordem de coexistência possível. O desejo, o instinto, qualquer que seja a forma espontânea com que ele se expresse, não oferece nenhuma garantia de conduzir ao prazer possível se ele se contenta em obedecer ao imediatismo que o governa. Uma liberdade infinita equivale à negação da liberdade.

> O homem primitivo estava em melhores condições, já que não conhecia nenhuma restrição aos seus instintos. Em contrapartida, sua certeza de gozar durante muito tempo um tal estado de felicidade era mínima. O homem civilizado fez a troca de uma parte de felicidade por uma parte de segurança... Informações atuais mais exatas sobre os costumes dos selvagens nos fazem saber que não temos de invejar, de maneira alguma, a liberdade de sua vida instintiva. De fato, esses selvagens estão submetidos a restrições de outra ordem, mais severas, talvez, que as do civilizado moderno. Se censuramos, justificadamente, nossa civilização atual, que realiza de modo tão insuficiente a ordem vital de nos fazer felizes – e que exigimos dela – e que deixa subsistir tantos sofrimentos, provavelmente evitáveis; se, de outra parte, nos esforçamos, por uma crítica impiedosa, em descobrir as fontes de sua imperfeição, estamos exercendo nosso direito sem nos declararmos seus inimigos. É também nosso direito esperar dela, pouco a pouco, mudanças suscetíveis de melhor satisfazer nossas necessidades, corrigindo assim aquilo que foi criticado. No entanto, poderemos, talvez, nos familiarizar com a ideia de

[23] Freud, S. *O mal-estar da civilização*, op. cit., p.65.

que algumas das dificuldades existentes estão intimamente ligadas à sua essência e não se renderiam a nenhuma tentativa de reforma.[24]

Essa essência é o mínimo de repressão que impõe a disciplina dos instintos. Essa repressão tem por instrumento a educação. A educação começa com o desprazer provocado pela autoridade. A interdição pertence à cultura, ou seja, "esta pela qual a vida humana ascendeu acima da condição animal"[25]. É por seu intermédio que o homem consegue reprimir certos instintos que o conduziriam a uma morte certa. Adaptar-se ao princípio de realidade é tornar-se capaz desse controle.

Como já visto, a finalidade da educação consiste em instaurar o princípio de realidade, para dar origem a um processo que dirija nossas condutas intelectuais, morais e psíquicas. A questão que se coloca agora é em que consiste essa realidade.

A realidade é tudo o que compõe o mundo externo, tanto natural como cultural. Ficando no domínio da educação, essa é para Freud tudo que ocorre à criança, desde que sai da dependência inicial da mãe benevolente e protetora. Dito de outro modo, é o que advém depois que cessa a confusão entre a satisfação objetiva e sua representação alucinatória. O real, nesse caso, se compõe agora de todos os elementos naturais e culturais que opõem uma resistência à criança, introduzindo uma distância entre o desejo e a satisfação. Espaço, tempo, alteridade subsumem em seus quadros gerais todos os casos específicos nos quais a realidade faz face ao desejo imediato.

Essa realidade aparece como inimiga do desejo, e o princípio de realidade como o de submeter-se a uma coerção inevitável. Prazer e realidade parecem, então, inconciliáveis. Portanto, e essa é a força da análise de Freud, esses dois princípios não são contraditórios, mas complementares.

[24] *Idem*, pp.69 e 70.

[25] Freud, S. *O futuro de uma ilusão*, op. cit., p.8.

O princípio do prazer, sozinho, não torna possível a existência humana nem mesmo a realidade do prazer. De fato, para que se realize, deve estar combinado com o princípio de realidade. O princípio do prazer contém seus próprios limites reais e a realidade já está nele, senão como princípio regulador, está em menor grau como obstáculo interno:

> Cada indivíduo é, virtualmente, um inimigo da civilização que, entretanto, é ela mesma de interesse da humanidade, em geral. É curioso que os homens, que tão mal vivem no isolamento, se sintam tão oprimidos pelos sacrifícios que a civilização espera deles, para que seja possível a vida em comum. A civilização deve, assim, ser defendida contra o indivíduo, e sua organização, as suas instituições e leis se colocam a serviço dessa tarefa.[26]

A oposição é apenas "virtual", é exatamente a socialização, isto é, a adaptação à realidade, que faz possível a vida em comum, quer dizer, a realização do prazer. O problema da educação não consiste somente em interditar, em frustrar, mas em descobrir um equilíbrio entre a busca do prazer, que continua a reger o equilíbrio psíquico depois da socialização, e as limitações impostas pela realidade natural e social aos instintos primitivos. A educação tem por tarefa disciplinar a natureza instintual, mas deixando lugar ao legítimo prazer. Ou melhor, ela controla os conflitos, não os suprime. Freud nos recorda esse objetivo:

> A finalidade principal de toda educação é ensinar a criança a dominar seus instintos; é impossível, de fato, usufruir uma liberdade total; autorizar a obediência total aos seus impulsos… A educação deve inibir, interditar, reprimir, isto é o que ela vem fazendo desde sempre. Mas a análise nos mostra que essa repressão dos instintos é justamente a causa das neuroses. A educação deve encontrar o caminho entre o Scylla da permissividade e o Charybde da interdição. Se esse problema não é insolúvel, convém buscar o nível ótimo dessa educação, quer dizer, uma maneira dela ser mais proveitosa e menos

[26] *Idem*, p.9.

> perigosa. Deve-se decidir o que se deve proibir e, em seguida, em que momento e por qual meio aplicar essa proibição...
>
> A observação mostra que até hoje a educação realizou sua missão de uma maneira muito defeituosa, que ela prejudicou grandemente as crianças. Se seu nível "ótimo" pode ser descoberto, se ela consegue realizar plenamente sua obra, então somente ela conseguirá anular o efeito de um dos fatores da enfermidade: a ação dos traumatismos acidentais da infância. No que concerne ao outro fator: as exigências de uma constituição pulsional indócil, a educação jamais poderá suprimi-la.[27]

Essa longa citação permite situar o lugar da educação e sua função no pensamento de Freud. Trata-se, em educando, de passar entre dois obstáculos: de um lado, a manutenção da brutalidade original, como resultado da ausência de resistência adulta e, de outro, a neurose que poderia provocar uma repressão desmedida. Jamais se deve esquecer que, no melhor dos casos, à educação é uma arte: quando atinge um nível teórico e prático ideal subsiste uma "constituição natural" que não permite que ela consiga tudo. Certas naturezas individuais continuam a ser rebeldes à disciplina educativa.

A questão que se coloca, agora, é da conciliação entre o princípio do prazer e o de realidade. Como a busca do gozo máximo imediato e sem entraves pode encontrar um terreno de acordo com a realidade que proíbe, frustra, impõe barreiras? Como explicar que o aparelho psíquico aceita se curvar à realidade? Sobre qual instância do sujeito opera a realidade?

A educabilidade

Para ser eficaz, a interdição dever ser interiorizada. A existência da moral individual mostra que a regra imposta pela realidade não é exterior ao sujeito, mas que é tomada em sua forma afetiva. Sua eficácia repousa sobre essa interiorização. A interiorização somente é possível se o sujeito possui uma instância capaz de fazer sua a exigência social que contrabalança a influência das pulsões. O

[27] Freud, S. *Novas conferências sobre a psicanálise*, Paris, Gallimard, 1965, pp.166 e 167.

sistema freudiano postula, então, uma energia própria no sujeito, uma espécie de pulsão de conservação de si e de sobrevivência que contrabalança as forças pulsionais primitivas. É no amor-próprio que está à raiz da obrigação moral e, portanto, de educabilidade. "O recalcamento, como dissemos, provém do eu; podemos precisar: da estima de si mesmo *(selbstachtung)* que tem o eu."[28]

A interdição exterior, a frustração, corresponde a um mecanismo interno que é a condição mesma da educabilidade e faz com que o homem não seja endireitado mecanicamente, mas seja educado, quer dizer, capaz de autorregulação.

É, portanto, o eu, com seus instintos de autoconservação e seu ideal de eu, que entra em conflito com os instintos, cuja energia é caracterizada pela libido[29] e as forças primitivas do "isso". A educação não pode controlar o que a natureza tem de perigoso para a cultura, a não ser sob a condição expressa de que o sujeito encontre um interesse no sacrifício que esta exige dele. É o eu que vê na sua sobrevivência e no respeito de si mesmo um contrapeso à frustração.

Ademais, não se trata de um sacrifício absoluto, mas de um deslocamento. O eu põe em jogo os mecanismos pelos quais a energia primitiva vai ser desviada, dramatizada, sublimada para encontrar uma saída na realidade. É, portanto, no interior do sujeito que se acha o equilíbrio dos instintos primitivos. Enfim, é também no sujeito que se constituem os mecanismos de defesa pelos quais as pulsões primitivas encontram uma realização parcial ou simbólica na realidade.

Vê-se, então, onde se encontra toda a originalidade e a coerência do pensamento de Freud sobre a educação em relação à Reich, Neill ou Marcuse. Em vez de apresentar a educação de maneira maniqueísta, como o adestramento exterior de uma personalidade conduzida à obediência, Freud mostra que se a educação é possível é porque existe no próprio indivíduo, no interior de seu aparelho psíquico, tendências

[28] Freud, S. Introdução ao narcisismo, in: *A vida sexual,* Paris, PUF., 1972, p.92.

[29] Freud, S. *O mal-estar da civilização*, op. cit., p.72.

que exigem a educabilidade. Dito de outro modo, se o princípio de realidade, pode, no curso do desenvolvimento individual canalizar os impulsos espontâneos originalmente obedientes ao princípio do prazer, é porque existe em nós não somente a possibilidade de interiorizar o interdito, mas, sobretudo, forças tão primitivas como as do "isso", que contrabalançam a influência destas últimas, pulsões de conservação do eu, como a imagem narcísica de si mesmo. Por esse meio, a energia interna da libido, traduzida em amor-próprio, se apresenta como fundamento mesmo da obrigação moral, ou seja, da educação. É sobre esse narcisismo que opera o temor de perda do amor, primeiro mobilizador real da educação, mais forte que a violência direta. É também porque a parte consciente do eu está em jogo na constituição desses mecanismos que a educação pode aparecer como formação das faculdades intelectuais do indivíduo. O princípio de realidade tem sua fonte em nós mesmos: nos limites mesmos do princípio do prazer e na instância da pessoa encarregada da sua conservação. Sua exterioridade é apenas aparente. Essa interioridade, que torna a educação possível, aparece conscientemente sob diversas formas: "de ambição", "de desejo de ser grande", "de parecer adulto", nas quais se combinam intimamente prazer e realidade[30].

A força de Freud é de apenas evitar a armadilha na qual caem autores que se dizem seus seguidores: esse dualismo simplista que coloca de um lado o indivíduo, espontâneo, natural, que demanda apenas a realização de pulsões sem objeto; de outro lado, a sociedade, cultural, artificial, castradora, interditando, num interesse do qual se ignoram as finalidades perversas, a expressão da energia pulsional. Ele mostra que a moral e o intelecto estão em germe na estrutura do aparelho psíquico. A sociabilidade torna possível a socialização e essa é real porque o indivíduo, em última instância, tem um interesse: troca uma liberdade infinita, mas precária, por

---

[30] Freud, S. La Création Littéraire et le Rêve Éveillé, in *Essais de Psychanalyse Appliquée*, op. cit., p.70 sq.

uma liberdade regrada, mas real, garantida. Existe uma educabilidade natural que torna possível a educação.

Reencontramos aqui inspiração biológica que serviu de ponto de partida. O homem não pode continuar eternamente criança, ele deve, mais cedo ou mais tarde, sair para a vida hostil. A criança poderia definir-se como ser de pulsão imediata, que vive protegida pelo adulto benevolente, longe da insensibilidade dos outros, defendido do mundo natural exterior e dos conflitos interiores. A educação consiste apenas em conduzi-la dessa dependência protetora, precária, para a responsabilidade. Se, de um ponto de vista superficial, a educação tem por papel gerir essas forças da natureza que podem mostrar-se perigosas para a cultura, de um ponto de vista mais aprofundado, percebe-se que essa educação, ao permitir que se discipline o princípio do prazer, permite, ao mesmo tempo a humanização do homem. Ao contrário da criança, que vive no prazer protegido, diferentemente do animal, dominado pelo prazer imediato, o homem aparece como um ser de prazer mediato e emancipado.

Sem dúvida, essa concepção freudiana de educação é rica e precisa. Ela demanda, no entanto, uma análise prolongada até suas últimas consequências, pois de outra maneira poderia parecer insuficiente. Se nos limitarmos a essa fase do entendimento, estaremos reduzindo Freud a um teórico da adaptação. Educar, com efeito, significa, em última instância, socializar, e o princípio de realidade, em geral, convém ao conjunto das regras admitidas por todas as sociedades, inclusive as mais tirânicas e injustas. Esse princípio não permite nenhuma discriminação entre os modelos sociais. Educar consistiria, assim, em inculcar as regras morais e os conhecimentos indispensáveis a uma sociedade qualquer, regras e conhecimentos que lhe permitam perseguir, para além da sucessão das gerações, as exigências que impõem suas estruturas. Nesse sentido, Freud perseguiria os mesmos objetivos de Skinner. Ele poderia ser considerado como partidário de uma pedagogia do ajustamento.

Os fins

Pensar desse modo seria equivocar-se gravemente com respeito a Freud, que não é relativista, nem cínico. *Realpädagogie* e moralismo educativo lhe repugnam. Sua teoria da educação repousa sobre um ideal, ao mesmo tempo humano e interpessoal, capaz de servir como objetivo final da ação. Esse ideal é o progresso da ciência, entendida como progresso da razão, que toma consciência de si própria por intermédio do desvelamento sucessivo de suas ilusões. O fim que Freud atribui à educação é o de uma autonomia, ao mesmo tempo intelectual e moral, que só pode ser alcançada pelo saber científico.

Uma interpretação sucinta da psicanálise nos faz esquecer, muito frequentemente que, como ciência, pressupõe a primazia da inteligência sobre a vida instintiva. Longe de visar a glorificação dos mecanismos ocultos e as ilusões do instinto, como disciplina científica, a psicanálise pressupõe a superioridade inegável do intelecto. Além de que, a crítica religiosa retomada em *O futuro de uma ilusão*[31] não se engana quando ela apresenta a psicanálise como força destrutiva das ilusões consoladoras das religiões.

A educação não tem outra finalidade, na visão de Freud, que operar a mesma desmistificação, a mesma desilusão que a da psicanálise:

> O tempo no qual será estabelecido a primazia da inteligência está ainda, sem dúvida, imensamente longe de nós, mas a distância que nos separa não é infinita. E como a primazia da inteligência perseguirá, por verossimilhança, os mesmos fins que aqueles que vosso Deus deve fazer-nos alcançar: a fraternidade e a diminuição do sofrimento, nos sentimos no direito de afirmar que nosso antagonismo só é temporal e de modo algum irredutível.[32]

---

[31] Freud, S. *O futuro de uma ilusão*, op. cit., p.73. Freud se faz indiretamente uma série de perguntas e as contesta.

[32] *Idem*, p.77.

É a razão e a experiência que dão, de acordo com Freud, a explicação do consolo ilusório da religião. Talvez percamos com isso uma parte de alívio. De todo modo, seria "uma ilusão crer que possamos encontrar noutro lugar o que (a ciência) não pode nos dar."[33]. A educação, de acordo com Freud, caminha na direção da razão, pela ciência e pela experiência. Finalmente, na compreensão freudiana, Hamlet, com suas dúvidas e sua inquietude, lhe parece melhor modelo[34] pedagógico e humano que qualquer herói místico instalado nas certezas da boa consciência e as pobres ilusões da fé.

Poder-se-ia objetar que a ciência racional, ela mesma, é apenas uma construção ilusória, espécie de paliativo que permite suportar os sofrimentos, as decepções e frustrações que nos impõe a existência.

Talvez, responde Freud, a ciência e a exigência racional sejam apenas objetos de satisfações substitutivas que nos desviam de pensar a morte[35]. Mas, embora elas nos proporcionem satisfações substitutivas, o conteúdo do saber que propõem tem o mérito de não ser ilusório. Essa desmitificação objetiva se mede por três aspectos: a potência humana é aumentada pelo progresso da ciência; a imagem do universo que ela propõe é mais coerente e mais precisa[36]; e, por último, os modelos que ela fornece são universais, visto que são reconhecidos em sua necessidade[37].

Em função de tal finalidade, que deve fazer a escola?

Do ponto de vista moral, preparar-nos para renunciar aos nossos desejos infantis, ensinar-nos a trocar um prazer infinito, mas ilusório, por uma garantia de gozo, conduzir-nos a suportar certas frustrações necessárias à vida comum. Trata-se de permitir-nos passar de nossas ilusões sobre nós mesmos para maior grau de lucidez.

---

[33] *Idem*, p.80.

[34] Freud, S. Luto e Melancolia in *Metapsicologia*, Paris, Gallimard, 1952, pp.189-222

[35] Freud, S. *O mal-estar da civilização*, op. cit., p.19.

[36] Freud, S. *O futuro de uma ilusão,* op. cit., p.78.

[37] Freud, S. *O mal-estar da civilização*, op. cit., p.86.

Do ponto de vista do saber, ou seja, da instrução, a escola tem por responsabilidade realizar o homem que há na criança, desenvolvendo seu intelecto, a fim de nos fazer passar da servidão à liberdade.

Do ponto de vista político, deve realizar mais "fraternidade entre os homens, diminuindo seu sofrimento"[38].

Por sua concepção intelectual e crítica, Freud está inserido na tradição humanista. A educação psicanalítica não consiste em liberar a potência fantasmática das pulsões dos constrangimentos sociais, mas "a ensinar à criança a dominar os seus instintos"[39]. Longe de um hedonismo ingênuo ou de uma harmonia mística consigo mesmo e de si para com os outros, Freud atribui à educação a tarefa de tentar gerir, num equilíbrio aceitável, sacrifícios e benefícios que a realidade impõe à imediatez do prazer. E isso para a razão e pela ciência, ou seja, a obra de desilusão do intelecto. A educação pode ser assimilada a uma ascese da inteligência, que coloca em dúvida suas crenças e trabalha sobre ela mesma incessantemente para compreender o real do qual faz parte, transcendendo as ilusões necessárias da infância.

---

[38] Freud, S. *O futuro de uma ilusão*, op. cit., p.77.

[39] Freud, S. *Novas conferências sobre a psicanálise,* op. cit., p.166.

TEXTOS SELECIONADOS[40]

Uma breve descrição da psicanálise[41]

I

Pode-se dizer que a psicanálise nasceu com o século XX, com a publicação de *A interpretação de sonhos*, em 1900, que emergiu perante o mundo como algo novo, porém, teve seu ponto de partida em ideias antigas e sugestões anteriores, as quais Freud elaborou ou desenvolveu. Qualquer história a seu respeito deve, portanto, começar por uma descrição das influências que determinaram sua origem, e não desprezar a época e as circunstâncias que precederam sua criação.

A psicanálise cresceu em um campo muitíssimo restrito. No início, tinha apenas um único objetivo – o de compreender algo da natureza daquilo que era conhecido como doenças nervosas "funcionais", com vistas a superar a impotência que até então caracterizara seu tratamento médico. Os neurologistas daquele período haviam sido instruídos a terem um elevado respeito por fatos químico-físicos e patológico-anatômicos e estavam ultimamente sob a influência dos achados de Hitzig e Fritsch, de Ferrier, Goltz e outros, que pareciam ter estabelecido um vínculo íntimo e possivelmente exclu-

[40] Extraídos da edição eletrônica brasileira das obras completas de Sigmund Freud (com adaptações)

[41] Texto extraído do v. XIX da Edição Standard Brasileira (1924, 1923).

sivo com certas funções e partes específicas do cérebro. Eles não sabiam o que fazer do fator psíquico e não podiam entendê-lo, deixando-o ao entendimento de filósofos, místicos e charlatães; e consideravam não científico ter qualquer coisa a ver com ele. Por conseguinte, não podiam encontrar qualquer abordagem aos segredos das neuroses, e, em particular, da enigmática "histeria", que, na verdade, era o protótipo de toda a espécie. Já em 1885, quando eu estava estudando na Salpêtrière, descobri que as pessoas se contentavam em explicar as paralisias histéricas através de uma fórmula que asseverava serem elas fundadas em ligeiros distúrbios funcionais das mesmas partes do cérebro que, quando gravemente danificadas, levavam às paralisias orgânicas correspondentes.

Naturalmente, essa falta de compreensão afetava também bastante o *tratamento* desses estados patológicos. Em geral, ele consistia em medidas destinadas a "endurecer" o paciente – na prescrição de remédios e em tentativas, na maioria muito mal imaginadas e executadas de maneira inamistosa, de aplicar-lhe influências mentais por meio de ameaças, zombarias e advertências, e exortando-o a decidir a "conter-se". O tratamento elétrico era fornecido como uma cura específica para estados nervosos; porém, todo aquele que se tenha esforçado por cumprir as instruções pormenorizadas de Erb [1882] tem de se maravilhar com o espaço que a fantasia pode ocupar mesmo naquilo que professa ser uma ciência exata. A guinada decisiva foi dada na década de 1880, quando os fenômenos do hipnotismo fizeram mais uma tentativa de buscar admissão à ciência médica – dessa vez com mais sucesso do que tantas vezes antes, graças ao trabalho de Liébeault, Bernheim, Heidenhain e Forel. O essencial foi ter sido reconhecida a genuinidade desses fenômenos. Uma vez isso admitido, duas lições fundamentais e inesquecíveis não podiam deixar de ser extraídas do hipnotismo. Em primeiro lugar, recebia-se prova convincente de que notáveis mudanças somáticas, afinal, podiam ser ocasionadas unicamente por influências mentais, as quais,

nesse caso, nós próprios tínhamos colocado em movimento. Em segundo, recebia-se a impressão mais clara – especialmente do comportamento dos indivíduos após a hipnose – da existência de processos mentais que só se poderia descrever como "inconscientes". O "inconsciente", é verdade, há muito tempo estivera sob discussão entre os filósofos como conceito teórico, mas agora, pela primeira vez, nos fenômenos do hipnotismo ele se tornava algo concreto, tangível e sujeito a experimentação. Independentemente de tudo isso, os fenômenos hipnóticos mostravam uma semelhança inequívoca com as manifestações de algumas neuroses.

Não é fácil superestimar a importância do papel desempenhado pelo hipnotismo na história da origem da psicanálise. Tanto de um ponto de vista teórico quanto terapêutico a psicanálise teve às suas ordens um legado que herdou do hipnotismo.

A hipnose também provou ser um auxílio valioso no estudo das neuroses – mais uma vez, primeiro e acima de tudo, da histeria. Os experimentos de Charcot criaram grande impressão. Suspeitou ele que certas paralisias ocorridas após um trauma (um acidente) eram de natureza histérica, e demonstrou que, pela sugestão de um trauma sob hipnose, podia provocar artificialmente paralisias do mesmo tipo. Surgiu assim a expectativa de que as influências traumáticas poderiam, em todos os casos, ter um desempenho na produção dos sintomas histéricos. O próprio Charcot não fez outros esforços no sentido de uma compreensão psicológica da histeria, mas seu aluno, Pierre Janet, retomou a questão e pôde demonstrar, com o auxílio da hipnose, que os sintomas da histeria eram firmemente dependentes de certos pensamentos inconscientes *(idées fixes)*. Janet atribuiu à histeria uma suposta incapacidade constitucional de manter reunidos processos mentais – incapacidade que levava a uma desintegração (dissociação) da vida mental.

A psicanálise, contudo, de maneira alguma se baseou nessas pesquisas de Janet. O fator decisivo, em seu caso, foi a experiência

de um médico vienense, o Dr. Josef Breuer. Em 1881, independentemente de qualquer influência externa, ele pôde, com o auxílio da hipnose, estudar e restituir à saúde uma jovem muito bem dotada que sofria de histeria. Os achados de Breuer não foram comunicados ao público senão quinze anos mais tarde, após ele haver tomado por colaborador o presente autor. Esse caso de Breuer retém sua significação única para nossa compreensão das neuroses até o dia de hoje. É essencial compreender claramente em que consistia sua peculiaridade. A jovem caíra enferma enquanto servia de enfermeira para o pai, a quem estava ternamente ligada. Breuer pôde estabelecer que todos os seus sintomas estavam relacionados a esse período de enfermagem e podiam ser por ele explicados. Assim, pela primeira vez, tornou-se possível ganhar uma visão completa de um caso dessa enigmática neurose, e todos os seus sintomas demonstraram ter significado. Ademais, constituiu característica universal dos sintomas terem eles surgido em situações que envolviam um impulso a uma ação que, contudo, não fora levada a cabo, mas sim, por outras razões, fora suprimida. Os sintomas, de fato, haviam aparecido em lugar das ações não efetuadas. Assim, para explicar a etiologia dos sintomas histéricos, fomos levados à vida emocional do indivíduo (à afetividade) e à ação recíproca de forças mentais (à dinâmica), e, desde então, essas duas linhas de abordagem nunca mais foram abandonadas.

As causas precipitantes dos sintomas foram comparadas por Breuer aos traumas de Charcot. Ora, constituía fato notável que todas essas causas precipitantes traumáticas e todos os impulsos mentais que delas se originavam estavam perdidos para a memória da paciente, como se jamais houvessem acontecido, ao passo que seus produtos – os sintomas – persistiam inalterados, como se, no que lhes concernia, não existisse aquilo denominado de efeito obliterador do tempo. Aqui, portanto, tínhamos uma nova prova da existência de processos mentais que eram inconscientes, mas, por essa

razão, especialmente poderosos – processos que primeiro vínhamos conhecendo na sugestão pós-histórica. O procedimento terapêutico adotado por Breuer foi induzir a paciente sob hipnose a relembrar os traumas esquecidos e reagir a eles com poderosas expressões de afeto. Quando isso era feito, o sintoma, que até então tomara o lugar dessas expressões de emoção, desaparecia. Dessa maneira, um só e mesmo procedimento servia simultaneamente aos propósitos de investigar o mal e livrar-se dele, e essa conjunção fora do comum foi posteriormente conservada pela psicanálise.

Após termos confirmado, durante o começo da década de 1890, os resultados de Breuer em considerável número de pacientes, publicamos *Estudos sobre histeria* (1895d), que continha suas descobertas e a tentativa de uma teoria nelas baseada. Asseverava esta que os sintomas histéricos surgiam quando o afeto de um processo mental caracterizado por um forte afeto era impedido pela força de ser conscientemente elaborado da maneira normal, e era desviado para um caminho errado. Nos casos de histeria, segundo essa teoria, o afeto passava para uma inervação somática fora do comum ("conversão"), mas se lhe podia dar outra direção e ver-se livre dele ("ab-reagido") se a experiência fosse revivida sob hipnose. A esse procedimento demos o nome de "catarse" (purgar, liberar um afeto estrangulado).

O método catártico foi o precursor imediato da psicanálise, e, apesar de toda a ampliação da experiência e toda modificação da teoria, ainda está nela contido como seu núcleo. Ele, porém, não era mais que um novo procedimento médico para influenciar certas doenças nervosas, e nada sugeria que se pudesse tornar tema para o interesse mais geral e para a contradição mais violenta.

II

Logo após a publicação de *Estudos sobre a Histeria,* a associação entre Breuer e Freud terminou. Breuer, que na realidade era consultor em medicina interna, abandonou o tratamento de pacientes nervosos, e Freud dedicou-se ao aperfeiçoamento ulterior do instrumento que lhe deixara seu colaborador mais antigo. As novidades técnicas que introduziu e as descobertas que efetuou transformaram o método catártico em psicanálise. Um deles foi, sem dúvida, sua determinação de passar sem a assistência da hipnose em seu procedimento técnico. Procedeu assim por duas razões: uma, porque, apesar de um curso de instrução com Bernheim em Nancy, ele não conseguia induzir a hipnose em um número suficiente de casos, e, outra, porque estava insatisfeito com os resultados terapêuticos da catarse baseada na hipnose. É verdade que esses resultados eram notáveis e apareciam após um tratamento de curta duração, porém, demonstravam não ser permanentes e depender demais das relações pessoais do paciente com o médico. O abandono da hipnose causou uma brecha no curso do desenvolvimento do procedimento até então e significou um novo começo.

A hipnose, contudo, desempenhara o serviço de restituir à lembrança do paciente aquilo que ele havia esquecido. Era necessário encontrar alguma outra técnica para substituí-la, e a Freud ocorreu a ideia de colocar em seu lugar o método da "associação livre". Isso equivale a dizer que ele fazia seus pacientes assumirem o compromisso de se absterem de qualquer reflexão consciente e se abandonarem em um estado de tranquila concentração, para seguir as ideias que espontaneamente (involuntariamente) lhe ocorressem – "a escumarem a superfície de suas consciências". Deveriam comunicar essas ideias ao médico, mesmo que sentissem objeções em fazê-lo; por exemplo, se os pensamentos parecessem desagradáveis, insensatos, muito sem importância ou irrelevantes demais. A escolha da associação livre como meio de investigar o material inconsciente

esquecido parece tão estranha que uma palavra em justificação dela não estará fora de lugar. Freud foi levado a ela pela expectativa de que a chamada associação "livre" mostrasse de fato não ser livre, porquanto após suprimidos todos os propósitos intelectuais conscientes, as ideias que emergissem pareceriam ser determinadas pelo material inconsciente. Essa expectativa foi justificada pela experiência. Quando a "regra fundamental da psicanálise", que acabara de ser enunciada, era obedecida, o curso da associação livre produzia um estoque abundante de ideias que podiam nos colocar na pista daquilo que o paciente havia esquecido. Com efeito, esse material não trazia à tona o que realmente fora esquecido, mas trazia tão claras e numerosas alusões a ele que, com o auxílio de certa suplementação e interpretação, o médico podia adivinhar (ou reconstruir) o material esquecido a partir dele. Assim, a associação livre, juntamente com a arte da interpretação, desempenhava a mesma função que anteriormente fora realizada pelo hipnotismo.

Parecia como se nosso trabalho houvesse ficado mais difícil e complicado; no entanto, o lucro inestimável estava em que se obtinha agora uma compreensão interna *(insight)* de uma ação recíproca de forças que haviam estado ocultas do observador pelo estado hipnótico. Tornou-se evidente que o trabalho de revelar o que havia sido patogenicamente esquecido tinha de lutar contra uma resistência constante e muito intensa. As próprias objeções críticas que o paciente levantava a fim de evitar comunicar as ideias que lhe ocorriam, e contra as quais a regra fundamental da psicanálise era dirigida, já eram manifestações dessa resistência. Uma consideração dos fenômenos da resistência conduziu-nos a uma das pedras angulares da teoria psicanalítica das neuroses – a teoria da repressão. Era plausível supor que as mesmas forças, agora então em luta contra o material patogênico a ser tornado consciente, haviam realizado em época anterior, com sucesso, os mesmos esforços. Preenchia-se, assim, uma lacuna na etiologia dos

sintomas neuróticos. As impressões e impulsos mentais, para os quais os sintomas estavam agora servindo de substitutos, não tinham sido esquecidos sem razão ou por causa de uma incapacidade constitucional para a síntese (como Janet supunha); através da influência de outras forças mentais tinham-se defrontado com uma repressão cujo sucesso e prova eram precisamente estarem eles barrados à consciência e excluídos da memória. Apenas em consequência dessa repressão é que eles se haviam tornado patogênicos, isto é, haviam tido êxito em manifestar-se ao longo de caminhos fora do comum, tais como os sintomas.

Um conflito entre dois grupos de tendências mentais deve ser encarado como o fundamento para a repressão, e, por conseguinte, como a causa de toda enfermidade neurótica. E aqui a experiência nos ensinou um fato novo e surpreendente sobre a natureza das forças que estiveram lutando uma contra a outra. A repressão invariavelmente procedia da personalidade consciente da pessoa enferma (seu ego) e baseava-se em motivos estéticos e éticos; os impulsos sujeitos à repressão eram os do egoísmo e da crueldade, que em geral podem ser resumidos como o mal, porém, acima de tudo, impulsos desejosos sexuais, frequentemente da espécie mais grosseira e proibida. Assim, os sintomas constituíam um substituto para satisfações proibidas e a moléstia parecia corresponder a uma subjugação incompleta do lado imoral dos seres humanos.

O progresso em conhecimento tornou ainda mais claro o enorme papel desempenhado na vida mental pelos impulsos desejosos sexuais, e levou a um estudo pormenorizado da natureza e desenvolvimento do instinto sexual. Também nos deparamos, porém, com outro achado puramente empírico, na descoberta de que as experiências e conflitos dos primeiros anos da infância representam uma parte insuspeitadamente importante no desenvolvimento do indivíduo e deixam atrás de si disposições indeléveis que se

abatem sobre o período da maturidade. Isso nos trouxe a revelação de algo que até então fora fundamentalmente negligenciado pela ciência – a sexualidade infantil, que, da mais tenra idade em diante, se manifesta tanto em reações físicas quanto em atitudes mentais. A fim de reunir essa sexualidade das crianças com o que é descrito como sendo a sexualidade normal dos adultos e a vida sexual anormal dos pervertidos, o conceito do que era sexual devia, ele próprio, ser corrigido e ampliado de uma forma que pudesse ser justificada pela evolução do instinto sexual.

Após a hipnose ter sido substituída pela técnica da associação livre, o procedimento catártico de Breuer transformou-se em psicanálise, que por mais de uma década foi desenvolvida por Freud sozinho. Durante esse tempo ela gradativamente adquiriu uma teoria que parecia fornecer uma descrição satisfatória da origem, significado e propósito dos sintomas neuróticos, e proporcionava uma base racional para tentativas médicas de curar a queixa. Mais uma vez enumeramos os fatores que contribuem para a constituição dessa teoria. São eles: ênfase na vida instintual (afetividade), na dinâmica mental, no fato de que mesmo os fenômenos mentais aparentemente mais obscuros e arbitrários possuem invariavelmente um significado e uma causa, a teoria do conflito psíquico e da natureza patogênica da repressão, a visão de que os sintomas constituem satisfações substitutas, o reconhecimento da importância etiológica da vida sexual, e especificamente, dos primórdios da sexualidade infantil. De um ponto de vista filosófico, essa teoria estava fadada a adotar a opinião de que o mental não coincide com o consciente, que os processos mentais são, em si próprios, inconscientes e só se tornam conscientes pelo funcionamento de órgãos especiais (instâncias ou sintomas). Para completar essa lista acrescentaremos que entre as atitudes afetivas da infância a complicada relação emocional das crianças com os pais – o que é conhecido por complexo de Édipo – surgiu em proeminência. Ficou cada vez mais claro que ele

era o núcleo de todo caso de neurose, e no comportamento do paciente para com seu analista surgiram certos fenômenos de sua transferência emocional que vieram a ser de grande importância para a teoria e a técnica, do mesmo modo.

Na forma que ela assim assumiu, a teoria psicanalítica das neuroses já encerrava determinado número de coisas que iam de encontro a opiniões e inclinações aceitas e estavam talhadas a provocar espanto, repugnância e ceticismo em estranhos; por exemplo, a atitude da psicanálise para com o problema do inconsciente, seu reconhecimento de uma sexualidade infantil e a ênfase que concedia ao fator sexual na vida mental em geral. Mais coisas, porém, deveriam seguir-se.

III

Mesmo para chegar a meio caminho da compreensão de como, em uma jovem histérica, um desejo sexual proibido pode transformar-se em um sintoma penoso, foi necessário efetuar hipóteses complicadas e de grandes consequências sobre a estrutura e o funcionamento do aparelho psíquico. Havia aqui uma contradição evidente entre o dispêndio de esforço e o resultado. Se as condições postuladas pela psicanálise realmente existissem, seriam de natureza fundamental e deveriam ser capazes de encontrar expressão em outros fenômenos, além dos histéricos. No entanto, se essa inferência fosse correta, a psicanálise teria cessado de ter interesse apenas para os neurologistas; poderia reivindicar a atenção de todos para quem a pesquisa psicológica tivesse alguma importância. Seus achados não só teriam de ser levados em consideração no campo da vida mental patológica, como deveriam deixar de ser negligenciados ao se atingir uma compreensão do funcionamento normal.

Provas de ela ser útil para lançar luz sobre outras atividades que não a atividade mental patológica, logo se apresentaram, em vinculação com dois tipos de fenômenos: as parapraxias muito frequentes que ocorrem na vida cotidiana – tais como esquecer

coisas, lapsos de língua e colocação errada de objetos – e os sonhos tidos por essas pessoas sadias e psiquicamente normais. Pequenas falhas de funcionamento, tais como o esquecimento temporário de nomes próprios normalmente familiares, por exemplo, até então não tinham sido considerados dignos de qualquer explicação, ou se imaginava que fossem explicáveis por estados de fadiga, pela distração da atenção etc. Freud demonstrou então, a partir de muitos exemplos, em seu livro *The Psychopathology of Everyday Life* (1901b), que acontecimentos desse tipo têm um significado ou surgem devido a uma intenção consciente com a qual interfere outra, suprimida ou realmente inconsciente. Via de regra, uma rápida reflexão ou breve análise é suficiente para revelar a influência interferente. Devido à frequência de parapraxias tais como os lapsos de língua, tornou-se fácil a qualquer pessoa convencer-se, por sua própria experiência, sendo, não obstante, operantes, e que, pelo menos, encontram expressão como inibições e modificações de outros atos pretendidos.

A análise dos sonhos levou mais longe: ela foi trazida a público pelo presente autor já em 1900, em *A interpretação de sonhos*, que demonstrava serem os sonhos construídos exatamente da mesma maneira que os sintomas neuróticos. Como esses últimos, eles podem parecer estranhos e sem sentido; porém, se os examinarmos através de uma técnica que pouco difere da associação livre utilizada na psicanálise, somos levados de seu conteúdo manifesto a um significado secreto, aos pensamentos oníricos latentes. Esse significado latente é sempre um impulso desejoso, o qual se representa como realizado no momento do sonho. Entretanto, exceto em crianças pequenas e sob a pressão de necessidades físicas imperativas, esse desejo secreto jamais pode ser expresso de modo identificável. Ele primeiro tem de se submeter a uma deformação, que é o trabalho de forças censurantes, restritivas, tal como é relembrado na vida desperta. Ele é deformado, a ponto de ser

irreconhecível, por concessões feitas à censura do sonho, porém, pode ser, através da análise, mais uma vez revelado como expressão de uma situação de satisfação ou como a realização de um desejo. É uma conciliação entre grupos conflitantes de tendências mentais, tal como descobrimos ser o caso com os sintomas histéricos. A fórmula que, no fundo, melhor atende à essência do sonho é esta: o sonho é uma realização (disfarçada) de um desejo (reprimido). O estudo do processo que transforma o desejo latente realizado no sonho no conteúdo manifesto do sonho – processo conhecido como "trabalho do sonho" – ensinou-nos a maior parte do que sabemos sobre a vida mental inconsciente.

Ora, o sonho não constitui um sintoma mórbido, mas é o produto de uma mente normal. Os desejos que ele representa como realizados são os mesmos que aqueles reprimidos nas neuroses. Os sonhos devem a possibilidade de sua gênese simplesmente à circunstância favorável de a repressão, durante o estado de sono que paralisa o poder de movimento do homem, ser mitigada na censura do sonho. Assim, prova-se que as mesmas forças e os mesmos processos que se realizam entre elas operam tanto na vida mental moral quanto na patológica. A partir da publicação de *A interpretação de sonhos*, a psicanálise teve uma dupla significação. Constitui não apenas um novo método de tratar as neuroses, mas também uma nova psicologia; reivindicou a atenção não só dos especialistas em nervos como também a de todos que eram estudiosos de uma ciência mental.

A recepção que lhe foi dada no mundo científico, porém, não foi amistosa. Por cerca de 10 anos ninguém prestou atenção aos trabalhos de Freud. Por volta do ano de 1907, um grupo de psiquiatras suíços (Bleuler e Jung, em Zurique) atraiu a atenção para a psicanálise, e uma tormenta de indignação, não precisamente fastidiosa em seus métodos e argumentos, irrompeu logo após, principalmente na Alemanha. Nesse aspecto, a psicanálise partilhava da

sorte de muitas novidades que, após certo lapso de tempo, encontraram reconhecimento geral. Entretanto, era de sua natureza que inevitavelmente despertasse uma oposição especificamente violenta. Ela feria os preconceitos da humanidade civilizada em alguns pontos especialmente sensíveis. Submetia todo indivíduo, por assim dizer, à reação analítica, por revelar aquilo que por acordo universal fora reprimido para o inconsciente, e, desse modo, forçava seus contemporâneos a comportar-se como pacientes que, sob tratamento analítico, acima de tudo trazem suas resistências para o primeiro plano. Deve-se também admitir que não era fácil convencer-se da correção das teorias psicanalíticas, ou conseguir instrução na prática da análise.

A hostilidade geral, porém, não conseguiu impedir a psicanálise de uma expansão contínua durante a década seguinte, em duas direções: sobre o mapa, pois o interesse nela constantemente aflorava em novos países e no campo das ciências mentais, pois estava constantemente encontrando aplicações em novos ramos do conhecimento. Em 1909, o presidente G. Stanley Hall convidou Freud e Jung para darem uma série de conferências na Universidade Clark, em Worcester, Mass., da qual era o diretor e onde lhes foi oferecida uma amistosa recepção. Desde então a psicanálise permaneceu sendo popular nos Estados Unidos, embora exatamente nesse país tenha sido unida a muita superficialidade e alguns abusos. Já em 1911, Havelock Ellis podia relatar que a análise era estudada e praticada não somente na Áustria e na Suíça, mas também nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Índia, no Canadá e também na Austrália.

Ademais, foi nesse período de luta e primeiro florescimento que os periódicos dedicados exclusivamente à psicanálise foram fundados. Foram eles o *Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen [Anuário para Pesquisas Psicanalíticas e Psicopatológicas]* (1909-1914), dirigido por Bleuler e Freud, e editado por Jung, cuja publicação cessou ao irromper a guerra mundi-

al; a *Zentralblatt für Psychoanalyse [Periódico Central para a Psicanálise*] (1911), com Adler e Stekel como editores, o qual foi logo substituído pela *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse [Revista Internacional para a Psicanálise]* (1913, hoje em seu décimo volume); e mais, desde 1912, *Imago*, fundada por Rank e Sachs, uma revista para a aplicação da psicanálise às ciências mentais. O grande interesse assumido no assunto por médicos anglo-americanos foi demonstrado em 1913, com a fundação da ainda ativa *Psycho-Analytic Review*, por parte de White e Jelliffe. Mais tarde, em 1920, *The International Journal of Psycho-Analysis,* destinado especialmente aos leitores da Inglaterra, fez seu aparecimento sob a editoria de Ernest Jones. A *Internationaler Psychoanalytischer Verlag* e a correspondente inglesa *The International Psycho-Analytical Press* trouxeram à luz uma série contínua de publicações analíticas sob o nome da Internationale Psychoanalytische Bibliothek (Biblioteca Psicanalítica Internacional). A literatura da psicanálise, naturalmente, não é encontrada apenas nesses periódicos, que são na maioria sustentados por sociedades psicanalíticas; ela aparece por toda parte, em numerosos lugares, em publicações científicas e em publicações literárias. Entre os periódicos do mundo latino que concedem atenção especial à psicanálise, a *Revista de Psiquiatria*, coordenada por H. Delgado, em Lima, no Peru, pode ser mencionada em especial.

Uma diferença essencial entre essa segunda década da psicanálise e a primeira reside no fato de que Freud não constituía mais seu único representante. Um círculo sempre crescente de alunos e adeptos se havia reunido em torno dele, dedicando-se, em primeiro lugar, à difusão das teorias da psicanálise; depois, ampliaram, suplementaram e conduziram essas teorias a maior profundidade. Com o decorrer dos anos diversos desses defensores, como era inevitável, separaram-se, tomaram seus próprios rumos, ou se transformaram em uma oposição que pareceu ameaçar a continuidade do desenvolvimento da psicanálise. Entre 1911 e 1913, C. G. Jung,

em Zurique, e Alfred Adler, em Viena, produziram certa agitação por suas tentativas de apresentar novas interpretações aos fatos da análise e por seus esforços para um desvio do ponto de vista analítico. Entretanto, viu-se logo que essas secessões não haviam causado danos permanentes. O sucesso temporário que tenham atingido foi facilmente explicável pela presteza da massa das pessoas em livrar-se da pressão das exigências da psicanálise por qualquer caminho que se lhes pudesse abrir. A grande maioria dos colaboradores permaneceu firme e continuou seu trabalho orientado pelas linhas a eles indicadas. Depararemos repetidamente com seus nomes na breve descrição, adiante, das descobertas da psicanálise nos muitos e variados campos de sua aplicação.

IV

A ruidosa rejeição da psicanálise pelo mundo médico não podia impedir seus defensores de desenvolvê-la, inicialmente por suas linhas originais, em patologia e tratamento especializado nas neuroses – tarefa ainda não completamente realizada, mesmo atualmente. Seu inegável sucesso terapêutico, que excedia em muito qualquer outro que houvesse sido anteriormente conseguido, incentivou-os constantemente a novos esforços, ao passo que as dificuldades reveladas à medida que o material era examinado mais profundamente redundaram em alterações profundas na técnica da análise e correções importantes em suas hipóteses e postulados teóricos.

No decurso desse desenvolvimento, a técnica da psicanálise se tornou tão definida e delicada quanto a de qualquer outro ramo especializado da medicina. Uma falha na compreensão desse fato levou a muitos abusos (particularmente na Inglaterra e nos Estados Unidos), porquanto pessoas que adquiriram apenas um conhecimento literário da psicanálise a partir de leituras se consideram capazes de empreender tratamentos analíticos sem ter recebido qualquer formação especial. As consequências de tal comportamento são pre-

judiciais tanto para a ciência quanto para os pacientes, e acarretaram muito descrédito para a análise. A fundação de uma primeira clínica psicanalítica para pacientes externos (por Max Eitingon, em Berlim, em 1920) tornou-se, portanto, um passo de grande importância prática. Esse instituto busca, por um lado, tornar o tratamento analítico acessível a amplos círculos da população e, por outro, empreende a instrução de médicos para serem analistas clínicos através de um curso de formação, incluindo como condição que aquele que aprende concorde em ser ele próprio analisado.

Entre os conceitos hipotéticos que capacitem o médico a lidar com o material analítico, o primeiro a ser mencionado é o da "libido". Libido, em psicanálise, significa em primeira instância a força (imaginada como quantitativamente variável e mensurável) dos instintos sexuais dirigidos para um objeto – "sexuais" no sentido ampliado exigido pela teoria analítica. Um estudo mais completo demonstrou que era necessário colocar ao lado dessa "libido objetal" uma "libido narcísica" ou "do ego", dirigida para o próprio ego do indivíduo, e a interação dessas duas forças nos capacitou a explicar grande número de processos normais e anormais na vida mental. Uma distinção grosseira logo se fez entre o que é conhecido por "neuroses de transferência" e os distúrbios narcísicos. As primeiras (histeria e neurose obsessiva) constituem os objetos propriamente ditos do tratamento psicanalítico, ao passo que as outras, as neuroses narcísicas, embora possam deveras ser examinadas com o auxílio da análise, oferecem dificuldades fundamentais à influência terapêutica. É verdade que a teoria da libido da psicanálise não está absolutamente completa e sua relação com uma teoria geral dos instintos não é clara, pois a psicanálise é uma ciência jovem, ainda inacabada, e em estágio de rápido desenvolvimento. Porém, aqui se deve enfaticamente apontar quão errônea é a acusação de pansexualismo que com tanta frequência é dirigida contra a psicanálise. Ela busca demonstrar que a teoria psicanalítica

não conhece outras forças motivadoras mentais senão as puramente sexuais e, assim procedendo, explora preconceitos populares pelo emprego da palavra "sexual" não em seu sentido analítico, mas no vulgar.

A visão psicanalítica também teria de incluir nos distúrbios narcísicos todas as moléstias descritas em psiquiatria como "psicoses funcionais". Não se poderia duvidar de que as neuroses e psicoses não estão separadas por uma linha rígida, mais do que o estão a saúde e a neurose, e era plausível explicar os misteriosos fenômenos psicóticos pelas descobertas a que se chegou nas neuroses, que até então haviam sido igualmente incompreensíveis. Freud, durante o período de seu isolamento, tornou um caso de doença paranóide parcialmente inteligível através de uma investigação analítica e indicou nessa psicose indiscutível os mesmos conteúdos (complexos) e uma semelhante ação recíproca de forças, nas neuroses simples. Bleuler (1906) acompanhou as indicações do que chamou de "mecanismos freudianos" em grande número de psicoses, e Jung conquistou, de um só golpe, elevado conceito como analista quando, em 1907, explicou os sintomas mais excêntricos dos estádios finais da *dementia praecox* a partir das histórias individuais da vida dos pacientes. O abrangente estudo da esquizofrenia efetuado por Bleuler (1911) provavelmente demonstrou de uma vez por todas a justificação de um ângulo psicanalítico de abordagem para a compreensão dessas psicoses.

A psiquiatria tornou-se assim o primeiro campo a que a psicanálise foi aplicada, e desse modo permaneceu desde então. Os mesmos pesquisadores que mais fizeram para aprofundar o conhecimento analítico das neuroses, tais como Karl Abraham, em Berlim, e Sándor Ferenczi, em Budapeste (para nomear apenas os mais proeminentes), também desempenharam papel de realce em lançar luz analítica sobre as psicoses. A convicção da unidade e vinculação íntima de todos os distúrbios que se apresentam como fenômenos

neuróticos e psicóticos está tornando-se cada vez mais firmemente estabelecida, apesar de todos os esforços dos psiquiatras. As pessoas estão começando a entender – principalmente na América – que o estudo psicanalítico das neuroses constitui a única preparação para uma compreensão das psicoses, e que a psicanálise está destinada a tornar possível uma psiquiatria científica do futuro, que não precisará contentar-se com a descrição de quadros clínicos curiosos e sequências ininteligíveis de eventos, e com o traçar a influência de grosseiros traumas anatômicos e tóxicos sobre um aparelho psíquico inacessível ao nosso conhecimento.

V

A importância da psicanálise para a psiquiatria, entretanto, nunca teria chamado a atenção do mundo intelectual para ela ou lhe conquistaria um lugar em *The history of our times*. Esse resultado foi ocasionado pela relação da psicanálise com a vida mental normal, não com a patológica. Originalmente, a pesquisa analítica de fato não tinha outro objetivo senão estabelecer os determinantes do desencadeamento (a gênese) de alguns estados mentais mórbidos. No curso de seus esforços, contudo, ela teve êxito em trazer à luz fatos de importância fundamental, criando realmente uma nova psicologia, de modo que se tornou óbvio que a validade de tais achados não poderia se restringir à esfera da patologia. Já vimos quando se produziu a prova decisiva da exatidão dessa conclusão. Foi quando os sonhos foram interpretados com sucesso pela técnica analítica – os sonhos, que são parte da vida mental de pessoas normais e que, no entanto, podem com efeito ser encarados como produtos patológicos capazes de ocorrer regularmente em estados sadios.

Se as descobertas psicológicas obtidas dos sonhos fossem firmemente lembradas, só outro passo era necessário antes que a psicanálise pudesse ser proclamada como a teoria dos processos mentais mais profundos não diretamente acessíveis à consciência –

como uma “psicologia profunda” –, e antes que pudesse ser aplicada a quase todas as ciências mentais. Esse passo residia na transição da atividade mental de homens individuais para as funções psíquicas de comunidades humanas e povos, isto é, da psicologia individual para a de grupo, e muitas analogias surpreendentes nos impuseram essa transição. Fora descoberto, por exemplo, que nos estatos profundos da atividade mental inconsciente os contrários não se distinguem um do outro, mas são expressos pelo mesmo elemento. Já em 1884, porém, Karl Abel, o filólogo, havia apresentado a opinião, em sua obra *Über dem Gegensinn der Urworte*[42], de que as línguas mais antigas que nos são conhecidas tratam os contrários da mesma maneira. Assim, o antigo egípcio, por exemplo, tinha em primeira instância apenas uma palavra para designar “forte” e “fraco”, e somente mais tarde os dois lados da antítese foram distinguidos por ligeiras modificações. Mesmo nas línguas mais modernas, claras relíquias de tais significados antitéticos podem ser encontradas. Assim, em alemão, *Boden* significa tanto a coisa mais alta quanto a mais baixa da casa [“sótão” ou “chão”]; semelhantemente, em latim, *altus* significa “alto” e “profundo”. Assim, a equivalência dos contrários nos sonhos constitui um traço arcaico universal no pensamento humano.

Tomando um exemplo de outro campo, é impossível fugir à impressão da correspondência perfeita que pode ser descoberta entre as ações obsessivas de certos pacientes obsessivos e as observâncias religiosas dos crentes em todo o mundo. Certos casos de neurose obsessiva na realidade se comportam como uma caricatura de uma religião particular, de modo que é tentador assemelhar as religiões oficiais a uma neurose obsessiva, que foi mitigada por se tornar universalizada. Essa comparação, que sem dúvida é altamente objetável a todos os crentes, não obstante se mostrou

[42] “A significação antiética das palavras primitivas”. Cf Freud, 1910e.

psicologicamente muito frutífera, pois a psicanálise logo descobriu, no caso da neurose obsessiva, quais são as forças que nela combatem entre si até seus conflitos encontrarem expressão notável no cerimonial das ações obsessivas. Nada de semelhante era suspeitado no caso do cerimonial religioso até que, remontando o sentimento religioso à relação com o pai como sua raiz mais profunda, tornou-se possível apontar para uma situação dinâmica análoga também nesse caso. Esse exemplo, ademais, pode advertir ao leitor que mesmo em sua aplicação a campos não médicos a psicanálise não pode evitar ferir preconceitos acalentados, aflorar sensibilidades profundamente enraizadas e provocar assim inimizades de base essencialmente emocional.

Caso possamos presumir que os aspectos mais gerais da vida mental inconsciente (conflitos entre impulsos instintuais, repressões e satisfações substitutivas) estejam presentes em toda parte, e se há uma psicologia profunda que conduz a um conhecimento desses aspectos, podemos então razoavelmente esperar que a aplicação da psicanálise às mais variadas esferas da atividade mental humana em toda parte trará à luz resultados importantes e até então inatingíveis. Em um estudo excepcionalmente valioso, Otto Rank e Hanns Sachs (1913) tentaram reunir o que o trabalho da psicanálise pôde conseguir até agora no sentido do preenchimento dessas expectativas. A falta de espaço me impede de tentar completar aqui sua enumeração. Posso apenas selecionar, como menção, os achados mais importantes, acrescentando alguns pormenores.

Se deixarmos fora de cogitação impulsos internos pouco conhecidos, podemos dizer que a principal força motivadora no sentido do desenvolvimento cultural do homem foi a exigência externa real, que retirou dele a satisfação fácil de suas necessidades naturais e o expôs a perigos imensos. Essa frustração externa o impeliu a uma luta com a realidade, a qual findou parcialmente em uma adaptação a ela e, em parte, no controle sobre ela; contudo também o impeliu

a trabalhar e viver em comum com os de sua espécie, e isso já envolvia uma renúncia de certo número de impulsos instintuais impossíveis de ser socialmente satisfeitos. Com os avanços ulteriores da civilização cresceram também as exigências da repressão. A civilização, afinal, está construída inteiramente sobre a renúncia ao instinto, e todo indivíduo, em sua jornada da infância à maturidade, precisa, em sua própria pessoa, recapitular esse desenvolvimento da humanidade a um estado de criteriosa resignação. A psicanálise demonstrou que foram predominantemente, embora não exclusivamente, os impulsos instintuais que sucumbiram a essa supressão cultural. Parte deles, contudo, apresenta a característica valiosa de se permitirem ser desviados de seus objetivos imediatos e colocar assim sua energia à disposição do desenvolvimento cultural, sob a forma de tendências "sublimadas". Outra parte, porém, persiste no inconsciente como desejos insatisfeitos e pressiona por alguma satisfação, ainda que deformada.

Vimos que uma das partes da atividade mental humana é orientada no sentido de obter controle sobre o mundo externo real. A psicanálise nos diz agora, ademais, que uma outra parte, particular e altamente prezada, do trabalho mental criativo serve para a realização de desejos – para a satisfação substitutiva dos desejos reprimidos que, desde os dias da infância, vivem insatisfeitos no espírito de cada um de nós. Entre essas criações, cuja vinculação com um inconsciente incompreensível sempre foi suspeitada, estão os mitos e as obras da literatura imaginativa e da arte, e as pesquisas da psicanálise realmente arrojaram luz em abundância sobre os campos da mitologia, da ciência da literatura e da psicologia dos artistas. Basta mencionar a obra de Otto Rank como exemplo. Demonstramos que os mitos e os contos de fadas podem ser interpretados como sonhos. Traçamos os caminhos sinuosos que levam da premência do desejo inconsciente à sua realização em uma obra de arte sobre o observador, e no caso do próprio artista tornamos claro seu paren-

tesco emocional com o neurótico, bem como sua distinção deste, e apontamos a vinculação existente entre sua disposição inata, suas experiências fortuitas e suas realizações. A apreciação estética de obras de arte e a elucidação do dote artístico não estão, é verdade, entre as tarefas atribuídas à psicanálise. Mas parece que a psicanálise está em posição de enunciar a palavra decisiva em todas as questões que afloram a vida imaginativa do homem.

E então, como terceiro argumento, a psicanálise nos demonstrou, para nosso crescente assombro, o papel enormemente importante desempenhado pelo que é conhecido por "complexo de Édipo" – isto é, a relação emocional de uma criança humana com seus dois pais – na vida mental dos seres humanos. Nosso assombro se reduz quando compreendemos ser o complexo de Édipo o correlativo psíquico de dois fatos biológicos fundamentais: o longo período de dependência da criança e a maneira notável pela qual sua vida sexual atinge um primeiro clímax do terceiro ao quinto ano de vida, e depois, passado um período de inibição, reinicia-se na puberdade. E aqui se fez a descoberta de que uma terceira parte extremamente séria da atividade intelectual humana, a parte criadora das grandes instituições da religião, do direito, da ética e de todas as formas de vida cívica, tem como seu objetivo fundamental capacitar o indivíduo a dominar seu complexo de Édipo e desviar-lhe a libido de suas ligações infantis para as ligações sociais que são enfim desejadas. As aplicações da psicanálise à ciência da religião e à sociologia (por Freud, Theodor Reik e Oskar Pfister, por exemplo), que conduziram a esses achados, ainda são novas e insuficientemente apreciadas, mas não se pode duvidar que estudos posteriores só irão confirmar a certeza dessas importantes conclusões.

À guisa de pós-escrito, por assim dizer, devo mencionar que também os educadores não podem deixar de utilizar as sugestões que receberam da exploração analítica da vida mental das crianças e, ademais, que vozes se levantaram entre terapeutas (Groddeck e Jelliffe,

por exemplo), sustentando que o tratamento psicanalítico de queixas orgânicas graves apresenta resultados promissores, de vez que em muitas dessas afecções determinado papel é desempenhado por um fator psíquico sobre o qual é possível lograr influência.

Podemos, assim, expressar nossa expectativa de que a psicanálise, cujo desenvolvimento e realizações até o presente foram sucinta e inadequadamente relatados nestas páginas, ingressará no desenvolvimento cultural das próximas décadas como um fermento significativo e auxiliará a aprofundar nosso conhecimento do mundo e a lutar contra algumas coisas da vida, reconhecidas como prejudiciais. Não se deve esquecer, contudo, que a psicanálise sozinha não pode oferecer um quadro completo do mundo. Se aceitarmos a distinção que recentemente propus, de dividir o aparelho psíquico em um ego, voltado para o mundo externo e aparelhado com a consciência, e em um id inconsciente, dominado por suas necessidades instintuais, então a psicanálise deve ser descrita como uma psicologia do id (e de seus efeitos sobre o ego). Em cada campo do conhecimento, portanto, ela só pode fazer contribuições, que requerem ser completadas a partir da psicologia do ego. Se essas contribuições amiúde contêm a essência dos fatos, isso apenas corresponde ao importante papel que, pode-se reivindicar, é desempenhado em nossas vidas pelo inconsciente mental que por tanto tempo permaneceu desconhecido.

Vol. XIV - O inconsciente

Aprendemos com a psicanálise que a essência do processo de repressão não está em pôr fim, em destruir a ideia que representa um instinto, mas em evitar que se torne consciente. Quando isso ocorre, dizemos que a ideia se encontra num estado "inconsciente", e podemos apresentar boas provas para mostrar que, até mesmo quando inconsciente, ela pode produzir efeitos, incluindo até mesmo alguns que, finalmente, atingem a consciência. Tudo

que é reprimido deve permanecer inconsciente; mas, logo de início, declaremos que o reprimido não abrange tudo que é inconsciente. O alcance do inconsciente é mais amplo: o reprimido não é apenas uma parte do inconsciente.

Como devemos chegar a um conhecimento do inconsciente? Certamente, só o conhecemos como algo consciente, depois que ele sofreu transformação ou tradução para algo consciente. A cada dia, o trabalho psicanalítico nos mostra que esse tipo de tradução é possível. A fim de que isso ocorra, a pessoa sob análise deve superar certas resistências – resistências como aquelas que, anteriormente, transformaram o material em questão em algo reprimido, rejeitando-o do consciente.

Vol. XIX - A consciência e o que é inconsciente

Neste capítulo introdutório nada existe de novo a ser dito e não será possível evitar repetir o que amiúde foi mencionado antes.

A divisão do psíquico em o que é consciente e o que é inconsciente constitui a premissa fundamental da psicanálise, e somente ela torna possível a essa compreender os processos patológicos da vida mental, que são tão comuns quanto importantes, e encontrar lugar para eles na estrutura da ciência. Para dizê-lo mais uma vez, de modo diferente: a psicanálise não pode situar a essência do psíquico na consciência, mas é obrigada a encarar essa como uma qualidade do psíquico, que se pode achar presente em acréscimo a outras qualidades, ou estar ausente.

Se eu pudesse supor que toda pessoa interessada em psicologia leria este livro, deveria estar também preparado para descobrir que, nesse ponto, alguns de meus leitores se deteriam abruptamente e não iriam adiante, pois aqui temos a primeira palavra de teste da psicanálise. Para muitas pessoas que foram educadas na filosofia, a ideia de algo psíquico que não seja também consciente é tão inconcebível que lhes parece absurda e refutável simplesmente pela

lógica. Acredito que isso se deve apenas a nunca terem estudado os fenômenos pertinentes da hipnose e dos sonhos, os quais – inteiramente à parte das manifestações patológicas – tornam necessária essa visão. Sua psicologia da consciência é incapaz de solucionar os problemas dos sonhos e da hipnose.

"Estar consciente" é, em primeiro lugar, um termo puramente descritivo, que repousa na percepção do caráter mais imediato e certo. A experiência demonstra que um elemento psíquico (uma ideia, por exemplo) não é, via de regra, consciente por um período prolongado. Pelo contrário, um estado de consciência é, caracteristicamente, muito transitório; uma ideia que é consciente agora não o é mais em um momento depois, embora assim possa tornar-se de novo, em certas condições que são facilmente ocasionadas. No intervalo, a ideia foi… Não sabemos o quê. Podemos dizer que esteve latente e, por isso, queremos dizer que era capaz de tornar-se consciente a qualquer momento. Ora, se dissermos que era inconsciente, estaremos também dando uma descrição correta dela. Aqui "inconsciente" coincide com "latente e capaz de tornar-se consciente". Os filósofos, sem dúvida, objetariam: – Não, o termo "inconsciente" não é aplicável aqui; enquanto a ideia esteve em estado de latência, ela não foi algo psíquico de modo algum. Contradizê-los nesse ponto não conduziria a nada mais proveitoso que uma disputa verbal.

Mas chegamos ao termo ou conceito de inconsciente ao longo de outro caminho, pela consideração de certas experiências em que a dinâmica mental desempenha um papel. Descobrimos – isto é, fomos obrigados a presumir – que existem ideias ou processos mentais muito poderosos (e aqui um fator quantitativo ou econômico entra em questão pela primeira vez) que podem produzir na vida mental todos os efeitos que as ideias comuns produzem (inclusive certos efeitos que podem, por sua vez, tornar-se conscientes como ideias), embora eles próprios não se tornem conscientes. É desnecessário repetir em pormenor aqui o que foi

explicado com tanta frequência antes. Basta dizer que, nesse ponto, a teoria psicanalítica intervém e assevera que a razão pela qual tais ideias não podem tornar-se conscientes é que certa força se lhes opõe; que, de outra maneira, se tornariam conscientes, e que seria então aparente quão pouco elas diferem de outros elementos que são admitidamente psíquicos. O fato de se ter encontrado, na técnica da psicanálise, um meio pelo qual a força opositora pode ser removida e as ideias em questão tornadas conscientes, torna irrefutável essa teoria. O estado em que as ideias existiam antes de se tornarem conscientes é chamado por nós de repressão, e asseveramos que a força que instituiu a repressão e a mantém é percebida como resistência durante o trabalho de análise.

Obtemos, assim, nosso conceito de inconsciente com base na teoria da repressão. O reprimido é, para nós, o protótipo do inconsciente. Percebemos, contudo, que temos dois tipos de inconsciente: um que é latente, mas capaz de tornar-se consciente, e outro que é reprimido e não é, em si próprio e sem mais trabalho, capaz de tornar-se consciente. Essa compreensão interna (*insight*) da dinâmica psíquica não pode deixar de afetar a terminologia e a descrição. Ao latente, que é inconsciente apenas descritivamente, não no sentido dinâmico, chamamos de pré-consciente; restringimos o termo inconsciente ao reprimido dinamicamente inconsciente, de maneira que temos agora três termos, consciente (Cs.), pré-consciente (Pcs.) e inconsciente (Ics.), cujo sentido não é mais puramente descritivo. O Pcs. acha-se provavelmente muito mais próximo do Cs. que o Ics., e desde que chamamos o Ics. de psíquico, chamaremos, ainda com menos hesitação, o Pcs. latente de psíquico. Mas por que, em vez disso, não concordamos com os filósofos e, de maneira coerente, distinguimos o Pcs., assim como o Ics., do psíquico consciente? Os filósofos proporiam então que o Pcs. e o Ics. fossem descritos como duas espécies ou estágios do "psicóide" e a harmonia se estabeleceria. Porém, dificuldades infindáveis de exposição se seguiriam,

e o fato importante de que esses dois tipos de "psicóide" coincidem em quase todos os outros aspectos com o que é admitidamente psíquico seria forçado para o segundo plano, nos interesses de um preconceito que data de um período em que esses psicóides, ou a parte mais importante deles, eram ainda desconhecidos.

Podemos agora trabalhar comodamente com nossos três termos, Cs., Pcs., e Ics., enquanto não esquecermos que, no sentido descritivo, há dois tipos de inconsciente, mas, no sentido dinâmico, apenas um. Para fins de exposição, essa distinção pode ser ignorada em alguns casos; noutros, porém, ela é, naturalmente, indispensável. Ao mesmo tempo, acostumamo-nos mais ou menos com essa ambiguidade do inconsciente e nos demos muito bem com ela. Até onde posso ver, é impossível evitar essa ambiguidade; a distinção entre consciente e inconsciente é, em última análise, uma questão de percepção, à qual deve ser respondido "sim" ou "não", e o próprio ato da percepção nada nos diz da razão por que uma coisa é ou não percebida. Ninguém tem o direito de queixar-se porque o fenômeno concreto expressa ambiguamente o fator dinâmico. No curso ulterior do trabalho psicanalítico, entretanto, mesmo essas distinções mostraram ser inadequadas e, para fins práticos, insuficientes. Isso se tornou claro de várias maneiras, mas o exemplo decisivo é o seguinte. Formamos a ideia de que em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso seu ego. É a esse ego que a consciência se acha ligada: o ego controla as abordagens à motilidade – isto é, à descarga de excitações para o mundo externo. Ele é a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes e que vai dormir à noite, embora ainda exerça a censura sobre os sonhos. Desse ego procedem também as repressões, por meio das quais se procura excluir certas tendências da mente, não simplesmente da consciência, mas também de outras formas de capacidade e atividade. Na análise, essas tendências que foram dei-

xadas de fora se colocam em oposição ao ego, e a análise defronta-se com a tarefa de remover as resistências que o ego apresenta contra o preocupar-se com o reprimido. Ora, descobrimos durante a análise que, quando apresentamos certas tarefas ao paciente, ele entra em dificuldades; suas associações falham quando deveriam aproximar-se do reprimido. Dizemos-lhe então que está dominado por uma resistência, mas ele se acha inteiramente inadvertido do fato e, mesmo que adivinhe, por seus sentimentos desprazerosos, que uma resistência encontra-se então em ação nele, não sabe o que é ou como descrevê-la.

Entretanto, visto não poder haver dúvida de que essa resistência emana do seu ego e a este pertence, encontramo-nos numa situação imprevista. Deparamo-nos com algo no próprio ego que é também inconsciente, que se comporta exatamente como o reprimido – isto é, que produz efeitos poderosos sem ele próprio ser consciente e que exige um trabalho especial antes de poder ser tornado consciente. Do ponto de vista da prática analítica, a consequência dessa descoberta é que iremos parar em infindáveis obscuridades e dificuldades se nos ativermos às nossas formas habituais de expressão e tentarmos, por exemplo, derivar as neuroses de um conflito entre o consciente e o inconsciente. Teremos de substituir essa antítese por outra, extraída de nossa compreensão interna *(insight)* das condições estruturais da mente – a antítese entre o ego coerente e o reprimido que é expelido *(split off)* dele.

Para nossa concepção do inconsciente, contudo, as consequências de nossa descoberta são ainda mais importantes. Considerações dinâmicas fizeram-nos efetuar a primeira correção; nossa compreensão interna (*insight*) da estrutura da mente conduz à segunda. Reconhecemos que o Ics. não coincide com o reprimido; é ainda verdade que tudo o que é reprimido é Ics., mas nem tudo o que é Ics. é reprimido. Também uma parte do ego – e sabem os céus que parte tão importante – pode ser Ics., indubitavelmente é

Ics. E esse Ics. que pertence ao ego não é latente como o Pcs., pois, se fosse, não poderia ser ativado sem tornar-se Cs., e o processo de torná-lo consciente não encontraria tão grandes dificuldades. Quando nos vemos assim confrontados pela necessidade de postular um terceiro Ics., que não é reprimido, temos de admitir que a característica de ser inconsciente começa a perder significação para nós. Torna-se uma qualidade que pode ter muitos significados, uma qualidade da qual não podemos fazer, como esperaríamos, a base de conclusões inevitáveis e de longo alcance. Não obstante, devemos cuidar para não ignorarmos essa característica, pois a propriedade de ser consciente ou não constitui, em última análise, nosso único farol na treva da psicologia profunda.

Vol. XIX - O ego e o id

A pesquisa patológica dirigiu nosso interesse de modo excessivamente exclusivo para o reprimido. Gostaríamos de aprender mais sobre o ego, agora que sabemos que também ele pode ser inconsciente no sentido correto da palavra. Até agora, a única orientação que tivemos durante nossas investigações foi a marca distinguidora de ser consciente ou inconsciente; acabamos por ver quão ambíguo isso pode ser.

Ora, todo nosso conhecimento está invariavelmente ligado à consciência. Só podemos vir a conhecer, mesmo o Ics., tornando-o consciente. Detenhamo-nos, porém: como é isso possível? O que queremos dizer quando dizemos "tornar algo consciente"? Como é que isso pode ocorrer?

Já conhecemos o ponto do qual temos de partir com relação a isso. Dissemos que a consciência é a superfície do aparelho mental, ou seja, determinamo-la como função de um sistema que, espacialmente, é o primeiro a ser atingido com base no mundo externo, e espacialmente não apenas no sentido funcional, mas também, nessa ocasião, no sentido de dissecção

anatômica. Também nossas investigações devem tomar essa superfície perceptiva como ponto de partida.

Todas as percepções que são recebidas de fora (percepções sensórias) e de dentro – o que chamamos de sensações e sentimentos – são Cs. desde o início. Mas e aqueles processos internos que podemos – grosseira e inexatamente – resumir sob o nome de processos de pensamento? Eles representam deslocamentos de energia mental que são efetuados em algum lugar no interior do aparelho, à medida que essa energia progride em seu caminho no sentido da ação. Avançam eles para a superfície, fazendo com que a consciência seja gerada? Ou a consciência abre caminho até eles? Essa é, claramente, uma das dificuldades que surgem quando se começa a tomar a sério a ideia espacial ou "topográfica" da vida mental. Ambas essas possibilidades são igualmente inimagináveis; tem de haver uma terceira alternativa.

Em outro lugar, já sugeri que a diferença real entre uma ideia (pensamento) do Ics. ou do Pcs. consiste nisto: que a primeira é efetuada em algum material que permanece desconhecido, enquanto a última (a do Pcs.) é, além disso, colocada em vinculação com representações verbais. Essa é a primeira tentativa de indicar marcas distinguidoras entre os dois sistemas, o Pcs. e o Ics., além de sua relação com a consciência. A pergunta "Como uma coisa se torna consciente?" seria assim mais vantajosamente enunciada: "como uma coisa se torna pré-consciente?" E a resposta seria: "vinculando-se às representações verbais que lhe são correspondentes".

Essas representações verbais são resíduos de lembranças; foram antes percepções e, como todos os resíduos mnêmicos, podem tornar-se conscientes de novo. Antes de nos interessarmos mais por sua natureza, torna-se evidente para nós, como nova descoberta, que somente algo que já foi uma percepção Cs. pode tornar-se consciente, e que qualquer coisa proveniente de dentro (à parte os sentimentos) que procure se tornar consciente deve tentar

transformar-se em percepções externas: isso se torna possível mediante os traços mnêmicos.

Pensamos nos resíduos mnêmicos como se estivessem contidos em sistemas que são diretamente adjacentes ao sistema Pcpt.-Cs., de maneira que as catexias desses resíduos podem com facilidade estender-se, de dentro, para os elementos do último sistema. De imediato pensamos aqui nas alucinações, e no fato de que a mais vívida lembrança é sempre distinguível, tanto de uma alucinação quanto de uma percepção externa; mas também nos ocorre em seguida que, quando uma lembrança é revivida, a catexia permanece no sistema mnêmico, enquanto uma alucinação, que não é distinguível de uma percepção, pode surgir quando a catexia não se estende simplesmente do traço mnêmico para o elemento Pcpt., mas se transfere como um todo para ele.

Os resíduos verbais derivam primariamente das percepções auditivas, de maneira que o sistema Pcs. possui, por assim dizer, uma fonte sensória especial. Os componentes visuais das representações verbais são secundários, adquiridos mediante a leitura e podem, de início, ser deixados de lado, e assim também as imagens motoras das palavras, que, exceto para os surdos-mudos, desempenham o papel de indicações auxiliares. Em essência, uma palavra é, em última análise, o resíduo mnêmico de uma palavra que foi ouvida.

Não devemos deixar-nos levar, talvez visando à simplificação, a esquecer a importância dos resíduos mnêmicos ópticos, quando o são de coisas, ou a negar que seja possível os processos de pensamento tornarem-se conscientes mediante uma reversão a resíduos visuais e que, em muitas pessoas, esse parece ser o método favorito. O estudo dos sonhos e das fantasias pré-conscientes, como se demonstra nas observações de Varendonck, pode dar-nos uma ideia do caráter especial desse pensar visual. Aprendemos que o que nele se torna consciente é, via de regra, apenas o tema geral

concreto do pensamento, e que as revelações entre os diversos elementos desse tema geral, que é o que caracteriza especialmente os pensamentos, não podem receber expressão visual. Pensar em figuras, portanto, é apenas uma forma muito incompleta de tornar-se consciente. De certa maneira, também, ela se situa mais perto dos processos inconscientes do que o pensar em palavras, sendo de forma inquestionável mais antiga que o último, tanto ontogenética quanto filogeneticamente.

Retornando ao nosso argumento: se, portanto, essa é a maneira pela qual algo que é, em si próprio, inconsciente, se torna pré-consciente, a questão de como tornamos (pré-consciente) algo que é reprimido seria respondida do seguinte modo. Isso é feito fornecendo ao Pcs. vínculos intermediários, mediante o trabalho de análise. A consciência permanece, portanto, onde está, mas, por outro lado, o Ics. não aflora no Cs.

Enquanto a relação das percepções externas com o ego é bastante perspícua, a das percepções internas com o mesmo exige uma investigação especial. Ela mais uma vez dá origem à dúvida quanto a saber se estamos realmente com razão em referir a totalidade da consciência ao único sistema superficial Pcpt.-Cs.

As percepções internas produzem sensações de processo que surgem nos mais diversos e, também, certamente, nos mais profundos estratos do aparelho mental. Muito pouco se conhece sobre essas sensações e esses sentimentos; os que pertencem à série prazer-desprazer ainda podem ser considerados como os melhores exemplos deles. São mais primordiais e mais elementares, do que as percepções que surgem externamente, e podem ocorrer mesmo quando a consciência se acha enevoada. Expressei em outro lugar meus pontos de vista sobre sua importância econômica maior e as razões metapsicológicas para isso. Essas sensações são multilocalizadas, como as percepções externas; podem vir de forma simultânea de diferentes lugares e terem, assim, qualidades diferentes ou mesmo opostas.

As sensações de natureza prazerosa não têm nada de inerentemente impelente nelas, enquanto que as desprazerosas o têm no mais alto grau. As últimas impelem no sentido da mudança, da descarga, e é por isso que interpretamos o desprazer como implicando uma elevação e o prazer uma redução da catexia energética. Chamemos o que se torna consciente como prazer e desprazer um "algo" quantitativo e qualitativo no curso dos eventos mentais; a questão, então, é saber se esse "algo" pode tornar-se consciente no lugar onde está ou se deve ser primeiro transmitido ao sistema Pcpt.

A experiência clínica decide em favor do último. Ela nos demonstra que esse "algo" se comporta como um impulso reprimido. Ele pode exercer força impulsiva sem que o ego note a compulsão. Somente quando se dá resistência a esta, uma detenção na reação de descarga, é que o "algo" se torna consciente como desprazer. Assim como as tensões que surgem de necessidades físicas podem permanecer inconscientes, também o pode o sofrimento – algo intermediário entre a percepção externa e a interna, que se comporta como uma percepção interna, mesmo quando sua fonte se encontra no mundo externo. Permanece verdade, portanto, que também as sensações e os sentimentos só se tornam conscientes atingindo o sistema Pcpt.; se o caminho para frente é barrado, elas não chegam a existir como sensações, embora o "algo" que lhes corresponde no curso da excitação seja o mesmo que se elas chegassem a existir. Passamos então a falar, de maneira condensada e não inteiramente correta, de "sentimentos inconscientes", mantendo uma analogia com as ideias inconscientes que não é no total justificável. Na realidade, a diferença é que, enquanto com as ideias Ics. devem ser criados vínculos de ligação antes que elas possam ser trazidas para o Cs., com os sentimentos, que são transmitidos diretamente, isso não ocorre. Em outras palavras: a distinção entre Cs. e Pcs. não tem significado no que concerne a sentimentos; o Pcs. aqui é posto de lado – e os sentimentos são ou conscientes ou inconscientes.

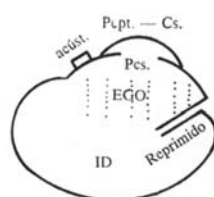
Mesmo quando estão ligados a representações verbais, tornam-se conscientes, não devido a essa circunstância, mas sim diretamente. O papel desempenhado pelas representações verbais se torna agora perfeitamente claro. Através de sua interposição, os processos internos de pensamento são transformados em percepções. É como uma demonstração do teorema de que todo conhecimento tem sua origem na percepção externa. Quando uma hipercatexia do processo de pensamento se efetua, os pensamentos são decerto percebidos – como se proviessem de fora – e, consequentemente, são considerados verdadeiros.

Após esse esclarecimento das relações entre a percepção externa e interna e o sistema superficial Pcpt.-Cs., podemos passar à elaboração de nossa ideia do ego. Ele tem início, como vimos, no sistema Pcpt., que é seu núcleo, e começa por abranger o Pcs., que é adjacente aos resíduos mnêmicos. Mas, como aprendemos, o ego é também inconsciente.

Ora, acredito que muito lucraríamos seguindo a sugestão de um escritor que, por motivos pessoais, assevera em vão que nada tem a ver com os rigores da ciência pura. Falo de Georg Groddeck, o qual nunca se cansa de insistir que aquilo que chamamos de nosso ego comporta-se essencialmente de modo passivo na vida e que, como ele o expressa, nós somos "vividos" por forças desconhecidas e incontroláveis. Todos nós tivemos impressões da mesma espécie, ainda que não nos tenham dominado até a exclusão de todas as outras, e precisamos não sentir hesitação em encontrar um lugar para a descoberta de Groddeck na estrutura da ciência. Proponho levá-la em consideração chamando a entidade que tem início no sistema Pcpt. e começa por ser Pcs. de "ego", e seguindo Groddeck no chamar a outra parte da mente, pela qual essa entidade se estende e que se comporta como se fosse Ics., de "id".

Logo veremos se podemos tirar alguma vantagem desse ponto de vista, para fins quer de descrição quer de compreensão. Exa-

minaremos agora o indivíduo como um id psíquico, desconhecido e inconsciente, sobre cuja superfície repousa o ego, desenvolvido desde seu núcleo, o sistema Pcpt. Se fizermos um esforço para representar isso pictoricamente, podemos acrescentar que o ego não envolve por completo o id, mas apenas até o ponto em que o sistema Pcpt. forma sua [do ego] superfície, mais ou menos como o disco germinal repousa sobre o óvulo. O ego não se acha nitidamente separado do id; sua parte inferior funde-se com ele. Mas o reprimido também se funde com o id, e é simplesmente uma parte dele. Ele só se destaca com nitidez do ego pelas resistências da repressão, e pode comunicar-se com o ego através do id. Compreendemos, em seguida, que quase todas as linhas de demarcação que traçamos, por instigação da patologia, relacionam-se apenas aos estratos superficiais do aparelho mental – os únicos que nos são conhecidos. O estado de coisas que estivemos descrevendo pode ser representado diagramaticamente (fig. 1), embora se deva notar que a forma escolhida não tem pretensões a qualquer aplicabilidade especial, mas simplesmente se destina a servir para fins de exposição.

Poderíamos acrescentar, talvez, que o ego usa um "receptor acústico" – de um lado apenas, como aprendemos da anatomia cerebral. Poder-se-ia dizer que o usa de viés.

É fácil ver que o ego é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo, por intermédio do Pcpt.-Cs.; em certo sentido, é uma extensão da diferenciação de superfície. Além disso, o ego procura aplicar a influência do mundo

externo ao id e às tendências desse, e esforça-se por substituir o princípio de prazer, que reina irrestritamente no id, pelo princípio de realidade. Para o ego, a percepção desempenha o papel que cabe ao instinto. O ego representa o que pode ser chamado de razão e senso comum, em contraste com o id, que contém as paixões. Tudo isso se coaduna às distinções populares com que estamos familiarizados; ao mesmo tempo, contudo, só deve ser encarado como confirmado na média ou "idealmente".

A importância funcional do ego se manifesta no fato de que, normalmente, o controle sobre as abordagens à motilidade compete a ele. Assim, em sua relação com o id, ele é como um cavaleiro que tem de manter controlada a força superior do cavalo, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com sua própria força, enquanto o ego utiliza forças tomadas de empréstimo. A analogia pode ser levada um pouco além. Com frequência um cavaleiro, se não deseja ver-se separado do cavalo, é obrigado a conduzi-lo onde este quer ir; da mesma maneira, o ego tem o hábito de transformar em ação a vontade do id, como se fosse sua própria.

Outro fator, além da influência do sistema Pcpt., parece ter desempenhado papel em ocasionar a formação do ego e sua diferenciação a partir do id. O próprio corpo de uma pessoa e, acima de tudo, sua superfície, constitui um lugar de onde podem originar-se sensações tanto externas quanto internas. Ele é visto como qualquer outro objeto, mas, ao tato, produz duas espécies de sensação, uma das quais pode ser equivalente a uma percepção interna. A psicofisiologia examinou plenamente a maneira como o próprio corpo de uma pessoa chega à sua posição especial entre outros objetos no mundo da percepção. Também a dor parece desempenhar um papel no processo, e a maneira pela qual obtemos novo conhecimento de nossos órgãos durante as doenças dolorosas constitui talvez um modelo da maneira como, em geral, chegamos à ideia de nosso corpo.

O ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície. Se quisermos encontrar uma analogia anatômica para ele, poderemos identificá-lo melhor com o "homúnculo cortical" dos anatomistas, que fica de cabeça para baixo no córtex, estira os calcanhares, tem o rosto virado para trás e, como sabemos, possui sua área da fala no lado esquerdo. Ingressamos repetidamente na relação do ego com a consciência, mas existem alguns fatos importantes com relação a isso que ainda não foram descritos aqui. Acostumados como estamos a levar conosco nossa escala social ou ética de valores para onde quer que vamos, não ficamos surpresos em ouvir que a cena das atividades das paixões inferiores se acha no inconsciente; esperamos, ademais, que quanto mais alto alguma função mental se coloque em nossa escala de valores, mais facilmente encontrará acesso à consciência que lhe é assegurada. Aqui, contudo, a experiência psicanalítica nos desaponta. Por um lado, temos provas de que mesmo operações intelectuais sutis e difíceis, que ordinariamente exigem reflexão vigorosa, podem igualmente ser executadas pré-conscientemente e sem chegarem à consciência. Os exemplos disso são inteiramente incontestáveis; podem ocorrer, por exemplo, durante o estado de sono, como demonstrado quando alguém descobre, imediatamente após o despertar, que encontrou a solução de um difícil problema matemático ou de outro tipo com que esteve lutando em vão no dia anterior.

Há outro fenômeno, contudo, que é mais estranho. Em nossas análises, descobrimos que existem pessoas nas quais as faculdades de autocrítica e consciência *(conscience)* – atividades mentais, classificadas como extremamente elevadas – são inconscientes e inconscientemente produzem efeitos da maior importância; o exemplo da resistência que permanece inconsciente durante a análise não é, portanto, de maneira alguma, único. Mas essa nova descoberta,

que nos compele, apesar de nosso melhor juízo crítico, a falar de um "sentimento inconsciente de culpa", desnorteia-nos mais que a outra e nos propõe novos problemas, especialmente quando gradativamente chegamos a perceber que grande número de neuroses, um sentimento inconsciente de culpa desse tipo, desempenha um papel econômico decisivo e coloca os obstáculos mais poderosos no caminho do restabelecimento. Se retornarmos mais uma vez à nossa escala de valores, teremos de dizer que não apenas o que é mais baixo, mas também o que é mais elevado no ego, pode ser inconsciente. É como se fôssemos assim supridos com uma prova do que acabamos de asseverar quanto ao ego consciente: que ele é, acima de tudo, um ego corporal.

Vol. XIV - Repressão

Uma das vicissitudes que um impulso instintual pode sofrer é encontrar resistências que procuram torná-lo inoperante. Em certas condições, que logo investigaremos mais detidamente, o impulso passa então para o estado de "repressão" [Verdrängung]. Se o que estava em questão era o funcionamento de um estímulo externo, obviamente se deveria adotar a fuga como método apropriado; para o instinto, a fuga não tem qualquer valia, pois o ego não pode escapar de si próprio. Em dado período ulterior, se verificará que a rejeição baseada no julgamento (condenação) constituirá um bom método a ser adotado contra um impulso instintual. A repressão é uma etapa preliminar da condenação, algo entre a fuga e a condenação; trata-se de um conceito que não poderia ter sido formulado antes da época dos estudos psicanalíticos.

Não é fácil deduzir em teoria a possibilidade de algo como a repressão. Por que deve um impulso instintual sofrer uma vicissitude como essa? Condição necessária para que ela ocorra deve ser, sem dúvida, que a consecução, pelo instinto, de sua finalidade produza desprazer em vez de prazer. Contudo, não podemos imaginar facil-

mente tal eventualidade. Não existem tais instintos: a satisfação de um instinto é sempre agradável. Teríamos de supor a existência de certas circunstâncias peculiares, alguma espécie de processo através do qual o prazer da satisfação se transforma em desprazer.

A fim de melhor determinar a repressão, examinemos algumas outras situações instintuais. Pode acontecer que um estímulo externo seja internalizado – corroendo e destruindo, por exemplo, algum órgão corpóreo –, de modo que surja nova fonte de excitação constante e de aumento de tensão. Assim, o estímulo adquire uma similaridade de longo alcance com um instinto. Sabemos que um caso desse tipo é experimentado por nós como dor. A finalidade desse pseudoinstinto, no entanto, consiste simplesmente na cessação da mudança no órgão e do desprazer que lhe é concomitante. Não há outro prazer direto a ser alcançado pela cessação da dor. Além disso, a dor é imperativa; as únicas coisas diante das quais ela pode ceder são a eliminação por algum agente tóxico ou a influência da distração mental.

O caso da dor é por demais obscuro para nos servir de ajuda em nossos propósitos. Tomemos o caso em que um estímulo instintual como a fome permanece insatisfeito. Ele se torna então imperativo e só pode ser aliviado pela ação que o satisfaz, mantendo constante tensão de necessidade. Nesse caso, nada da natureza de uma repressão, sequer remotamente, parece estar em questão.

Assim, por certo, a repressão não surge nos casos em que a tensão produzida pela falta de satisfação de um impulso instintual é elevada a um grau insuportável. Os métodos de defesa acessíveis ao organismo contra essa situação devem ser examinados em outra conexão.

Limitemo-nos, portanto, à experiência clínica, tal como encontrada na prática psicanalítica. Aprendemos, então, que a satisfação de um instinto que se acha sob repressão seria bastante possível e, além disso, que tal satisfação seria invariavelmente agradável

em si mesma, embora irreconciliável com outras reivindicações e intenções. Ela causaria, por conseguinte, prazer num ponto e desprazer em outro. Em consequência disso, torna-se condição para repressão que a força motora do desprazer adquira mais vigor do que o prazer obtido da satisfação. Ademais, a observação psicanalítica das neuroses de transferência leva-nos a concluir que a repressão não é um mecanismo defensivo presente desde o início; que ela só pode surgir quando tiver ocorrido uma cisão marcante entre a atividade mental consciente e a inconsciente; e que a essência da repressão consiste simplesmente em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a à distância. Esse conceito de repressão ficaria mais completo se supuséssemos que, antes de a organização mental alcançar essa fase, a tarefa de rechaçar os impulsos instintuais cabia às outras vicissitudes, às quais os instintos podem estar sujeitos – por exemplo, a reversão no oposto ou o retorno em direção ao próprio eu *(self)* do sujeito.

Afigura-se-nos agora que, em vista da grande extensão da correlação entre repressão e o que é inconsciente, devemos adiar o exame mais aprofundado da natureza da repressão até que tenhamos aprendido mais sobre a estrutura da sucessão de agentes psíquicos e sobre a diferenciação entre o que é inconsciente e consciente. Até então, tudo o que podemos fazer é reunir de maneira puramente descritiva algumas características da repressão que tenham sido observadas clinicamente, ainda que corramos o risco de ter de repetir, sem modificação, muito do que já foi dito em outros lugares.

Temos motivos suficientes para supor que existe uma repressão primeva, uma primeira fase de repressão, que consiste em negar entrada no consciente ao representante psíquico (ideacional) do instinto. Com isso, estabelece-se uma fixação; desse momento em diante, o representante em questão continua inalterado, e o instinto permanece ligado a ele. Isso se deve às propriedades dos processos inconscientes, de que falaremos depois.

A segunda fase da repressão, a repressão propriamente dita, afeta os derivados mentais do representante reprimido, ou sucessões de pensamento que, originando-se em outra parte, tenham entrado em ligação associativa com ele. Por causa dessa associação, essas ideias sofrem o mesmo destino daquilo que foi primevamente reprimido. Na realidade, portanto, a repressão propriamente dita é uma pressão posterior. Além disso, é errado dar ênfase apenas à repulsão que atua desde a direção do consciente sobre o que deve ser reprimido; igualmente importante é a atração exercida por aquilo que foi primevamente repelido sobre tudo aquilo com que ele possa estabelecer uma ligação. Provavelmente, a tendência no sentido da repressão falharia em seu propósito, caso essas duas forças não cooperassem, caso não existisse algo previamente reprimido, pronto para receber aquilo que é repelido pelo consciente.

Sob a influência do estudo das psiconeuroses, que coloca diante de nós os importantes efeitos da repressão, inclinamo-nos a supervalorizar sua dimensão psicológica e a esquecer demasiado depressa o fato de que a repressão não impede que o representante instintual continue a existir no inconsciente, se organize ainda mais, dê origem a derivados, e estabeleça ligações. Na verdade, a repressão só interfere na relação do representante instintual com um único sistema psíquico, a saber, o do consciente.

A psicanálise também é capaz de nos revelar outras coisas importantes para a compreensão dos efeitos da repressão nas psiconeuroses. Mostra-nos, por exemplo, que o representante instintual se desenvolverá com menos interferência e mais profusamente se for retirado da influência consciente pela expressão. Ele prolifera no escuro, por assim dizer, e assume formas extremas de expressão que, uma vez traduzidas e apresentadas ao neurótico, irão não só lhe parecer estranhas, mas também assustá-lo, mostrando-lhe o quadro de uma extraordinária e perigosa força do instinto. Essa força falaz do instinto resulta de um desenvolvimento desinibido

da fantasia e do represamento ocasionado pela satisfação frustrada. O fato de esse último resultado estar vinculado à repressão indica a direção em que a verdadeira importância da repressão deve ser procurada.

Voltando, porém, mais uma vez ao aspecto oposto da repressão, deixemos claro que tampouco é correto supor que a repressão retira do consciente todos os derivados daquilo que foi primevamente reprimido. Se esses derivados se tornarem suficientemente afastados do representante reprimido – quer devido à adoção de distorções, quer por causa do grande número de elos intermediários inseridos –, eles terão livre acesso ao consciente. Tudo se passa como se a resistência do consciente contra eles constituísse uma função da distância existente entre eles e aquilo que foi originalmente reprimido. Ao executarmos a técnica da psicanálise, continuamos exigindo que o paciente produza, de tal forma, derivados do reprimido, que, em consequência de sua distância no tempo, ou de sua distorção, eles possam passar pela censura do consciente. Na realidade, as associações que exigimos que o paciente faça sem sofrer a influência de qualquer ideia intencional consciente ou de qualquer crítica, e com base nas quais reconstituímos uma tradução consciente do representante reprimido – essas associações nada mais são do que derivados remotos e distorcidos desse tipo. No correr desse processo, observamos que o paciente pode continuar a desfiar sua meada de associações, até ser levado de encontro a um pensamento, cuja relação com o reprimido fique tão óbvia, que o force a repetir sua tentativa de repressão. Também os sintomas neuróticos devem satisfazer a essa mesma condição, já que são derivados do reprimido, o qual, por intermédio deles, por fim, teve acesso à consciência, acesso esse que anteriormente lhe era negado.

Não podemos formular uma regra geral sobre o grau de distorção e de distância no tempo necessário para a eliminação da resistência por parte do consciente. Ocorre aqui delicado equilíbrio,

cujo jogo não nos é revelado; no entanto, sua modalidade de atuação nos permite inferir que se trata de pôr um paradeiro à catexia do inconsciente quando esta alcança certa intensidade – intensidade além da qual o inconsciente venceria as resistências, chegando à satisfação. A repressão atua, portanto, de uma forma altamente individual. Cada derivado isolado do reprimido pode ter sua própria vicissitude especial; um pouco mais ou um pouco menos de distorção altera totalmente o resultado. Nesse sentido, podemos compreender a razão por que os objetos preferidos pelos homens, isto é, seus ideais, procedem das mesmas percepções e experiências que os objetos mais abominados por eles porque, originalmente, eles só se distinguiam um dos outros através de ligeiras modificações. Decerto, tal como verificamos ao remontarmos à origem do fetiche, o representante instintual original pode ser dividido em duas partes: uma que sofre repressão, ao passo que a restante, precisamente por causa dessa ligação íntima, passa pela idealização.

O mesmo resultado oriundo de um aumento ou de uma diminuição do grau de distorção também pode ser alcançado na outra extremidade do aparelho, por assim dizer, por uma modificação da condição de produção de prazer e desprazer. Desenvolveram-se técnicas especiais, com o propósito de provocar tais mudanças no jogo das forças mentais, que aquilo que de outra forma daria lugar ao desprazer, pudesse, nessa ocasião, resultar em prazer; e sempre que um dispositivo técnico desse tipo entra em funcionamento, elimina-se a repressão de um representante instintual que, de outro modo, seria repudiado. Até agora, apenas no que se refere aos chistes, essas técnicas foram estudadas com algum detalhe. Via de regra, a repressão só é removida temporariamente, reinstalando-se de novo.

Observações como essa, contudo, permitem-nos notar outras características da repressão. Ela é não só individual em seu funcionamento, conforme acabamos de assinalar, como também é extrema-

mente móbil. O processo de repressão não deve ser encarado como um fato que acontece uma vez, produzindo resultados permanentes, tal como matar um ser vivo que, desde então, está morto; a repressão exige um dispêndio persistente de força, e se essa viesse a cessar, o êxito da repressão correria perigo, tornando necessário um novo ato de repressão. Podemos supor que o reprimido exerce uma pressão contínua em direção ao consciente, de forma que essa pressão pode ser equilibrada por uma contrapressão incessante. Assim, a manutenção de uma repressão acarreta ininterrupto dispêndio de força, ao passo que sua eliminação, encarada de um ponto de vista econômico, resulta numa poupança. Incidentalmente, a mobilidade da repressão também encontra expressão nas características psíquicas do estado do sono, o único a tornar possível a formação de sonhos. Com o retorno à vida de vigília, as catexias repressivas absorvidas são mais uma vez expulsas.

Por fim, não nos devemos esquecer de que, na verdade, ao se estabelecer que um impulso instintual é reprimido, muito pouco se disse a respeito dele. Tal impulso pode ocorrer em estados amplamente diferentes, sem prejuízo para sua repressão. Pode ser inativo, isto é, só muito levemente catexizado com energia mental; ou pode ser catexizado em graus variáveis, permitindo-se-lhe, assim, que seja ativo. É verdade que sua ativação não resultará numa eliminação direta da repressão, mas porá em movimento todos os processos que terminam na penetração do impulso na consciência por caminhos indiretos. Com derivados não reprimidos do inconsciente, o destino de uma ideia específica é, com frequência, decidido pelo grau de sua atividade ou catexia. Enquanto esse derivado representa apenas pequena quantidade de energia, quase sempre permanece não reprimido, embora pudesse calcular que seu conteúdo entrasse em conflito com o que é dominante na consciência. O fator quantitativo torna-se decisivo para esse conflito: tão logo a ideia basicamente detestável ultrapassa certo grau de força, o conflito se torna

real, e é precisamente essa ativação que leva à repressão. Assim, no tocante à repressão, um aumento da catexia energética atua no mesmo sentido que uma abordagem ao inconsciente, ao passo que uma diminuição dessa catexia atua no mesmo sentido que o caráter remoto do inconsciente ou da distorção. Vemos que as tendências repressivas podem encontrar um substituto para a repressão num enfraquecimento do que é detestável.

Até esse momento, em nosso exame, tratamos da repressão de um representante instintual, entendendo por esse último uma ideia, ou grupo de ideias, catexizadas com uma quota definida de energia psíquica (libido ou interesse) proveniente de um instinto. Agora, a observação clínica nos obriga a dividir aquilo que até o presente consideramos como sendo uma entidade única, de uma vez que essa observação nos indica que, além da ideia, outro elemento representativo do instinto tem de ser levado em consideração, e que esse outro elemento passa por vicissitudes de repressão que podem ser bem diferentes das experimentadas pela ideia. Geralmente, a expressão "quota de afeto" tem sido adotada para designar esse outro elemento do representante psíquico. Corresponde ao instinto na medida em que este se afasta da ideia e encontra expressão, proporcional à sua quantidade, em processos que são sentidos como afetos. Desde esse ponto, ao descrevermos um caso de repressão, teremos de acompanhar em separado aquilo que acontece à ideia como resultado da repressão e aquilo que ocorre à energia instintual vinculada a ela.

Gostaríamos de fazer algumas afirmações genéricas a respeito das vicissitudes de ambos, coisa que, depois de nos situarmos, será efetivamente possível. A ideia que representa o instinto passa por uma vicissitude geral que consiste em desaparecer do consciente, caso fosse previamente consciente, ou em ser afastada da consciência, caso estivesse prestes a se tornar consciente. Essa diferença não é importante, correspondendo à mesma coisa que a diferença

entre ordenar a um hóspede indesejável que saia da minha sala de visitas (ou do meu hall de entrada), e impedir, após reconhecê-lo, que cruze a soleira de minha porta. O fator quantitativo do representante instintual possui três vicissitudes possíveis, tal como podemos verificar pelo breve exame das observações feitas pela psicanálise: ou o instinto é inteiramente suprimido, de modo que não se encontre vestígio algum dele, ou aparece como um afeto que de uma maneira ou de outra é qualitativamente colorido, ou transformado em ansiedade. As duas últimas possibilidades nos apontam a tarefa de levar em conta, como sendo uma vicissitude instintual ulterior, a transformação em afetos, e especialmente em ansiedade, das energias psíquicas dos instintos.

Recordamos o fato de que o motivo e o propósito da repressão nada mais eram do que a fuga ao desprazer. Depreende-se disso que a vicissitude da quota de afeto pertencente ao representante é muito mais importante do que a vicissitude da ideia, sendo esse fato decisivo para nossa avaliação do processo da repressão. Se uma repressão não conseguir impedir que surjam sentimentos de desprazer ou de ansiedade, podemos dizer que falhou, ainda que possa ter alcançado seu propósito no tocante à parcela ideacional. Evidentemente, as repressões que falharam exercerão maior influência sobre nosso interesse do que qualquer outra que possa ter sido bem-sucedida, já que essa, na maioria das vezes, escapará ao nosso exame.

Agora, devemos tentar obter uma compreensão interna *(insight)* do mecanismo do processo de repressão. Em particular, desejamos saber se existe apenas um mecanismo isolado, ou mais de um, e se cada uma das psiconeuroses se distingue por um mecanismo de repressão que lhe é peculiar. Contudo, já no início dessa indagação, nos defrontamos com complicações. O mecanismo de uma repressão só nos será acessível se deduzirmos esse mecanismo com base no resultado da repressão. Limitando nossas obser-

vações ao efeito da repressão sobre a parcela ideacional do representante, descobrimos que, via de regra, ele cria uma formação substitutiva. Qual é o mecanismo através do qual esse substituto é formado? Ou será que devemos, também aqui, distinguir vários mecanismos? Além disso, sabemos que a repressão deixa sintomas em seu rastro. Podemos, então, supor que a formação de substitutos e a formação de sintomas coincidem e, admitindo que isso aconteça de um modo geral, será o mecanismo formador de sintomas o mesmo que o da repressão? A probabilidade geral pareceria ser a de que os dois são amplamente diferentes, e a de que não é a própria repressão que produz formações substitutivas e sintomas, mas que esses últimos são indicações de um retorno do reprimido e devem sua existência a processos inteiramente outros. Seria também aconselhável examinar os mecanismos através dos quais se formam os substitutos e os sintomas, antes de considerarmos os mecanismos de repressão.

Obviamente não se trata de um assunto para especulação ulterior. O lugar dessa especulação deve ser assumido por uma análise cuidadosa dos resultados da repressão observáveis nas diferentes neuroses. Sugiro, porém, que também adiemos essa tarefa até que tenhamos formado concepções dignas de confiança a respeito da relação entre o consciente e o inconsciente. Mas, a fim de que o presente exame não seja de todo infrutífero, direi de antemão que (1) o mecanismo de repressão de fato não coincide com o mecanismo ou os mecanismos da formação de substitutos, (2) existem numerosos e diferentes mecanismos de formação de substitutos e (3) os mecanismos de repressão têm pelo menos uma coisa em comum: uma retirada da catexia de energia (ou da libido, quando lidamos com os instintos sexuais).

Além disso, restringindo-me às três formas mais conhecidas da psiconeurose, mostrarei por meio de alguns exemplos como os conceitos aqui introduzidos se aplicam ao estudo da repressão.

No campo da histeria da ansiedade, escolherei um exemplo bem analisado de fobia animal. Aqui, o impulso instintual sujeito à repressão é uma atitude libidinal para com o pai, aliado ao medo dele. Após a repressão, esse impulso desaparece da consciência: o pai não aparece nela como objeto da libido. Substituindo o pai, encontramos num lugar correspondente um animal que se presta, de modo mais ou menos adequado, a ser objeto de ansiedade. A formação do substituto para a parcela ideacional [do representante instintual] ocorreu por deslocamento ao longo de uma cadeia de conexões determinada de maneira particular. A parcela quantitativa não desapareceu, mas foi transformada em ansiedade. O resultado é o medo de um lobo, em vez de uma exigência de amor feita aos pais. As categorias empregadas aqui não bastam, naturalmente, para explicar de forma adequada nem mesmo o caso mais simples de psiconeurose: há sempre outras considerações a levar em conta. Deve-se descrever uma repressão, tal como a que ocorre numa fobia animal, como sendo radicalmente destituída de êxito. Ela apenas remove e substitui a ideia, falhando inteiramente em poupar o desprazer. É também por esse motivo que o trabalho da neurose não cessa. Prossegue até uma segunda fase, a fim de atingir seu mais importante e imediato propósito. O que se segue é uma tentativa de fuga – a formação da fobia propriamente dita, de um grande número de evitações destinadas a impedir a liberação da ansiedade. Uma pesquisa mais especializada permite-nos compreender o mecanismo pelo qual a fobia alcança sua finalidade.

Somos obrigados a adotar um conceito inteiramente distinto a respeito do processo de repressão, quando consideramos o quadro de verdadeira histeria de conversão. Aqui, o ponto relevante reside em que é possível provocar um desaparecimento total da quota de afeto. Quando isso ocorre, o paciente exibe, em relação a seus sintomas, aquilo que Charcot denominava de *la belle indifférence des hystériques*. Em outros casos, essa supressão não se mostra tão

bem-sucedida: sensações aflitivas podem ligar-se aos próprios sintomas, ou talvez venha a ser impossível impedir certa liberação de ansiedade, que, por sua vez, põe em ação o mecanismo de formação de uma fobia. O conteúdo ideacional do representante instintual é totalmente retirado da consciência; como um substituto – e ao mesmo tempo como sintoma – temos uma inervação surperforte (em casos típicos, uma inervação somática), às vezes de natureza sensorial, às vezes, motora, quer como excitação, quer como inibição. Num exame mais detido, a área superinervada revela-se como sendo parte do próprio representante instintual reprimido, parte que – como se isso se verificasse através de um processo de condensação, atrai toda a catexia para si própria. Evidentemente, essas observações não trazem à luz o mecanismo completo de uma histeria de conversão; o fator regressão, em especial, a ser considerado em outra conexão, também tem de ser levado em conta. Na medida em que a repressão na histeria [de conversão] só se torna possível pela extensa formação de substitutos, ela pode ser julgada inteiramente destituída de êxito; contudo, ao lidar com a quota de afeto – a verdadeira tarefa da repressão –, ela geralmente significa êxito total. Na histeria de conversão, o processo de repressão é completado pela formação do sintoma, e não precisa, como na histeria de ansiedade, continuar até uma segunda fase – ou antes, rigorosamente falando, continuar interminavelmente.

Um quadro totalmente diferente da repressão se revela, mais uma vez, na terceira perturbação, que consideraremos para os propósitos de nossa ilustração – na neurose obsessiva. Aqui ficamos inicialmente em dúvida quanto ao que devemos considerar como sendo o representante instintual sujeito à repressão – se trata-se de uma tendência libidinal ou hostil. Essa incerteza surge porque a neurose obsessiva tem por base uma regressão devido à qual uma tendência sádica foi substituída por uma afetiva. É esse impulso hostil contra alguém que é amado, que se acha sujeito à repressão.

O efeito, numa fase inicial, do trabalho da repressão é bem diferente do que se verifica numa posterior. De início, a repressão é inteiramente cercada de êxito; o conteúdo ideacional é rejeitado, fazendo com que o afeto desapareça. Como formação substitutiva, surge no ego uma alteração sob a forma de maior consciência, quase não se podendo dar a isso o nome de sintoma. Aqui, substituto e sintoma não coincidem. Com isso, aprendemos também alguma coisa sobre o mecanismo da repressão. Nesse exemplo, como em todos os outros, a repressão ocasionou um afastamento da libido; aqui, porém, ela fez uso da formação da reação para atingir esse propósito, intensificando um oposto. Assim, nesse caso, a formação de um substituto tem o mesmo mecanismo que a repressão e, no fundo, coincide com ela, ao passo que cronologicamente, tanto quanto conceitualmente, é diferente da formação de um sintoma. É bastante provável que todo esse processo se torne possível pela relação ambivalente na qual o impulso sádico a ser reprimido é introduzido. No entanto, a repressão, que foi de início bem-sucedida, não se firma; no decorrer dos acontecimentos, seu fracasso se torna cada vez mais acentuado. A ambivalência que permitiu que a repressão ocorresse através da formação de reação, constitui também o ponto em que o reprimido consegue retornar. A emoção desaparecida retorna, em sua forma transformada, como ansiedade social, ansiedade moral e autocensura ilimitadas; a ideia rejeitada é substituída por um substituto por deslocamento, frequentemente um deslocamento para algo muito pequeno ou indiferente. Uma tendência no sentido de um restabelecimento completo da ideia reprimida acha-se, em geral, inegavelmente presente. O fracasso na repressão do fator quantitativo afetivo põe em jogo o mesmo mecanismo de fuga, por meio de evitação e proibições, tal como vimos em funcionamento na formação de fobias histéricas. A rejeição da ideia oriunda do consciente é, contudo, obstinadamente mantida, porque provoca a abstenção oriunda da ação, um aprisionamento motor do im-

pulso. Assim, na neurose obsessiva, o trabalho da repressão se prolonga numa luta estéril e interminável.

A curta série de comparações apresentada aqui pode facilmente convencer-nos de que se fazem necessárias pesquisas mais abrangentes, antes que possamos esperar compreender inteiramente os processos ligados à repressão e à formação de sintomas neuróticos. A extraordinária complexidade de todos os fatores a serem levados em consideração nos permite apenas uma maneira de apresentá-los. Devemos selecionar primeiro um e, depois, outro ponto de vista, e acompanhá-lo através do material enquanto sua aplicação pareça proporcionar resultados. Cada abordagem isolada do assunto será incompleta em si mesma, não podendo deixar de haver obscuridades sempre que ela se defrontar com material ainda não examinado; no entanto, podemos esperar que uma síntese final conduza a uma compreensão adequada.

Vol. VII - A sexualidade infantil

O descaso para com o infantil

Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves consequências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual. Um estudo aprofundado das manifestações sexuais da infância provavelmente nos revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, desvendaria sua evolução e nos permitiria ver como se compõe com base em diversas fontes.

É digno de nota que os autores que se ocuparam do esclarecimento das propriedades e reações do indivíduo adulto tenham prestado muito mais atenção à fase pré-histórica representada pela vida dos antepassados – ou seja, atribuído uma influência muito maior à hereditariedade – do que à outra fase pré-histórica, àquela que se dá na existência individual da pessoa, a saber, a infância. É que, como se

pode supor, a influência desse período da vida seria mais fácil de compreender e teria direito a ser considerada antes da influência da hereditariedade. É certo que na literatura sobre o assunto encontramos notas ocasionais acerca da atividade sexual precoce em crianças pequenas, sobre ereções, masturbação e até mesmo atividades semelhantes ao coito. Mas elas são sempre citadas apenas como processos excepcionais, curiosidades ou exemplos assustadores de depravação precoce. Nenhum autor, ao que eu saiba, reconheceu com clareza a normatividade da pulsão sexual na infância e nos escritos já numerosos sobre o desenvolvimento infantil, o capítulo sobre o "Desenvolvimento Sexual" costuma ser omitido.

Amnésia infantil

A razão dessa estranha negligência pode ser buscada, em parte, nas considerações convencionais que os autores respeitam em consequência de sua própria criação e, em parte, num fenômeno psíquico que até agora escapou a qualquer explicação. Refiro-me à singular amnésia que, na maioria das pessoas (mas não em todas!), encobre os primeiros anos da infância, até os 6 ou 8 anos de idade. Até o momento, não nos ocorreu ficar surpresos ante o fato dessa amnésia e, no entanto, teríamos boas razões para isso. De fato, somos informados de que, durante esses anos, dos quais só preservamos na memória algumas lembranças incompreensíveis e fragmentadas, reagíamos com vivacidade perante as impressões, sabíamos expressar dor e alegria de maneira humana, mostrávamos amor, ciúme e outras paixões que então nos agitavam violentamente, e até formulávamos frases que eram registradas pelos adultos como boa prova de discernimento e de uma capacidade incipiente de julgamento. E de tudo isso, quando adultos, nada sabemos por nós mesmos. Por que terá nossa memória ficado tão para trás em relação a nossas outras atividades anímicas? Ora, temos razões para crer que em nenhuma outra época da vida a capacidade de recepção e reprodução é maior do que justamente nos anos da infância.

Por outro lado, devemos supor, ou podemos convencer-nos disso mediante a investigação psicológica de outrem, que as mesmas impressões por nós esquecidas deixaram, ainda assim, os mais profundos rastros em nossa vida anímica e se tornaram determinantes para todo nosso desenvolvimento posterior. Não há como falar, portanto, em nenhum declínio real das impressões infantis, mas sim numa amnésia semelhante à que observamos nos neuróticos em relação às vivências posteriores, e cuja essência consiste num mero impedimento da consciência (recalcamento). Mas quais são as forças que efetuam esse recalcamento das impressões infantis? Quem solucionasse esse enigma teria também esclarecido a amnésia histérica.

Todavia, não queremos deixar de destacar que a existência da amnésia infantil fornece novo ponto de comparação entre o estado anímico da criança e o dos psiconeuróticos. Já nos deparamos com outro desses pontos, quando se impôs a nós a fórmula de que a sexualidade dos psiconeuróticos preserva o estado infantil ou é reconduzida a ele. E se a própria amnésia infantil também tiver de ser relacionada com as moções sexuais da infância?

Aliás, ligar a amnésia infantil à histérica é mais do que mero jogo de palavras. A amnésia histérica, que está a serviço do recalcamento, só é explicável pela circunstância de que o indivíduo já possui um acervo de traços mnêmicos que deixaram de estar à disposição da consciência e que agora, através de uma ligação associativa, apoderam-se daquilo sobre o que atuam as forças repulsoras do recalcamento. Pode-se dizer que sem a amnésia infantil não haveria amnésia histérica.

Creio, pois, que a amnésia infantil que converte a infância de cada um numa espécie de época pré-histórica e oculta dele os primórdios de sua própria vida sexual, carrega a culpa por não se dar valor ao período infantil no desenvolvimento da vida sexual. Um observador isolado não pode preencher as lacunas assim geradas em nosso conhecimento. Já em 1896, frisei a significação da infância para a origem de certos fenômenos importantes que de-

pendem da vida sexual, e desde então nunca deixei de trazer para primeiro plano o fator infantil na sexualidade.

O período de latência sexual da infância e suas rupturas

As constatações extraordinariamente amiudadas de moções sexuais pretensamente excepcionais e anormativas na infância, bem como a revelação das lembranças infantis do neurótico, até então inconscientes, talvez permitam traçar o seguinte quadro das condutas sexuais da infância:

Parece certo que o recém-nascido traz consigo germes de moções sexuais que continuam a se desenvolver por algum tempo, mas depois sofrem uma supressão progressiva, a qual, por sua vez, pode ser rompida por avanços regulares do desenvolvimento sexual ou suspensa pelas peculiaridades individuais. Nada se sabe ao certo sobre a regularidade e a periodicidade desse curso oscilante de desenvolvimento. Parece, no entanto, que a vida sexual da criança costuma expressar-se numa forma acessível à observação por volta dos 3 ou 4 anos de idade.

a) As inibições sexuais

Durante esse período de latência total ou apenas parcial erigem-se as forças anímicas que, mais tarde, surgirão como entraves no caminho da pulsão sexual e estreitarão seu curso à maneira de diques (asco, sentimento de vergonha, as exigências dos ideais estéticos e morais). Nas crianças civilizadas, tem-se a impressão de que a construção desses diques é obra da educação, e certamente a educação tem muito a ver com isso. Na realidade, porém, esse desenvolvimento é organicamente condicionado e fixado pela hereditariedade, podendo produzir-se, no momento oportuno, sem nenhuma ajuda da educação. Esta fica inteiramente dentro do âmbito que lhe compete ao limitar-se a seguir o que foi organicamente prefixado e imprimi-lo de maneira um pouco mais polida e profunda.

b) Formação reativa e sublimação

Com que meios se erigem essas construções tão importantes

para a cultura e normalidade posteriores da pessoa? Provavelmente, às expensas das próprias moções sexuais infantis, cujo afluxo não cessa nem mesmo durante esse período de latência, mas cuja energia – na totalidade ou em sua maior parte – é desviada do uso sexual e voltada para outros fins. Os historiadores da cultura parecem unânimes em supor que, mediante esse desvio das forças pulsionais sexuais, das metas sexuais e por sua orientação para novas metas, num processo que merece o nome de sublimação, adquirem-se poderosos componentes para todas as realizações culturais. Acrescentaríamos, portanto, que o mesmo processo entra em jogo no desenvolvimento de cada indivíduo, e situaríamos seu início no período de latência sexual da infância.

Também sobre o mecanismo desse processo de sublimação pode-se arriscar uma conjectura. As moções sexuais desses anos da infância seriam, por um lado, inutilizáveis, já que estão diferidas as funções reprodutoras – o que constitui o traço principal do período de latência – e, por outro, seriam perversas em si, ou seja, partiriam de zonas erógenas e se sustentariam em pulsões que, dada a direção do desenvolvimento do indivíduo, só poderiam provocar sensações desprazerosas. Por conseguinte, elas despertam forças anímicas contrárias (moções reativas) que, para uma supressão eficaz desse desprazer, erigem os diques psíquicos já mencionados: asco, vergonha e moral.

c) Rupturas do período de latência

Sem nos iludirmos quanto à natureza hipotética e quanto à clareza insuficiente de nossos conhecimentos acerca dos processos do período infantil de latência ou adiamento, voltemos à realidade para indicar que esse emprego da sexualidade infantil representa um ideal educativo do qual o desenvolvimento de cada um quase sempre se afasta em algum ponto, amiúde em grau considerável. Vez por outra irrompe um fragmento de manifestação sexual que se furtou à sublimação, ou pre-

serva-se alguma atividade sexual ao longo de todo o período de latência, até a irrupção acentuada da pulsão sexual na puberdade. Na medida em que prestam alguma atenção à sexualidade infantil, os educadores portam-se como se compartilhassem nossas opiniões sobre a construção das forças defensivas morais à custa da sexualidade, e como se soubessem que a atividade sexual torna a criança ineducável, pois perseguem como "vícios" todas as suas manifestações sexuais, mesmo que não possam fazer muita coisa contra elas. Nós, porém, temos todos os motivos para voltar nosso interesse para esses fenômenos temidos pela educação, pois deles esperamos o esclarecimento da configuração originária da pulsão sexual.

As manifestações da sexualidade infantil

a) O chuchar

Por motivos que se deduzirão posteriormente, tomaremos como modelo das manifestações sexuais infantis o chuchar (sugar com deleite), ao qual o pediatra húngaro Lindner (1879) dedicou excelente estudo.

O chuchar [Ludeln ou Lutschen], que já aparece no lactente e pode continuar até a maturidade ou persistir por toda a vida, consiste na repetição rítmica de um contato de sucção com a boca (os lábios), do qual está excluído qualquer propósito de nutrição. Uma parte dos próprios lábios, a língua ou qualquer outro ponto da pele que esteja ao alcance – até mesmo o dedão do pé – são tomados como objeto sobre o qual se exerce essa sucção. Uma pulsão preênsil surgida ao mesmo tempo pode manifestar-se através de puxadas rítmicas simultâneas do lóbulo da orelha e apoderar-se de uma parte de outra pessoa (em geral, a orelha) para o mesmo fim. O sugar com deleite alia-se a uma absorção completa da atenção e leva ao adormecimento, ou mesmo a uma reação motora numa espé-

cie de orgasmo. Não raro, combina-se com a fricção de alguma parte sensível do corpo, como os seios ou a genitália externa. Por esse caminho, muitas crianças passam do chuchar para a masturbação.

O próprio Lindner reconheceu a natureza sexual dessa ação e a destacou de maneira irrestrita. Na meninice, o chuchar é frequentemente equiparado aos outros "maus costumes" sexuais da criança. De numerosos pediatras e neurologistas tem-se erguido um protesto muito enérgico contra essa concepção, parcialmente baseado, sem dúvida, na confusão entre "sexual" e "genital". Esse protesto levanta uma questão difícil e irrecusável: por qual característica genérica podemos reconhecer as manifestações sexuais da criança? Parece-me que a concatenação de fenômenos que pudemos discernir através da investigação psicanalítica nos autoriza a ver no chuchar uma manifestação sexual e a estudar justamente nele os traços essenciais da atividade sexual infantil.

b) Autoerotismo

Temos a obrigação de fazer um exame aprofundado desse exemplo. Como traço mais destacado dessa prática sexual, salientemos que a pulsão não está dirigida para outra pessoa; satisfaz-se no próprio corpo, é autoerótica, para dizê-lo com a feliz denominação introduzida por Havelock Ellis [1910].

Está claro, além disso, que o ato da criança que chucha é determinado pela busca de um prazer já vivenciado e agora relembrado. No caso mais simples, portanto, a satisfação é encontrada mediante a sucção rítmica de alguma parte da pele ou da mucosa. É fácil adivinhar também em quais ocasiões a criança teve as primeiras experiências desse prazer que agora se esforça por renovar. A primeira e mais vital das atividades da criança – mamar no seio materno (ou em seus substitutos) – há de tê-la familiarizado com esse prazer. Diríamos que os lábios

da criança comportaram-se como uma zona erógena, e a estimulação pelo fluxo cálido de leite foi, sem dúvida, a origem da sensação prazerosa. A princípio, a satisfação da zona erógena deve ter-se associado com a necessidade de alimento. A atividade sexual apoia-se em primeiro lugar numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois se torna independente delas. Quem já viu uma criança saciada recuar do peito e cair no sono, com as faces coradas e um sorriso beatífico, há de dizer a si mesmo que essa imagem persiste também como norma da expressão da satisfação sexual em épocas posteriores da vida. A necessidade de repetir a satisfação sexual dissocia-se, então, da necessidade de absorção de alimento – uma separação que se torna inevitável quando aparecem os dentes e o alimento já não é exclusivamente ingerido por sucção, mas é também mastigado. A criança não se serve de um objeto externo para sugar, mas prefere uma parte de sua própria pele, porque isso lhe é mais cômodo, porque a torna independente do mundo externo, que ela ainda não consegue dominar, e porque desse modo ela se proporciona como que uma segunda zona erógena, se bem que de nível inferior. A inferioridade dessa segunda região a levará, mais tarde, a buscar em outra pessoa a parte correspondente, os lábios. ("Pena eu não poder beijar a mim mesmo", dir-se-ia subjazer a isso.)

Nem todas as crianças praticam esse chuchar. É de se supor que cheguem a fazê-lo aquelas em quem a significação erógena da zona labial for constitucionalmente reforçada. Persistindo essa significação, tais crianças, uma vez adultas, serão ávidas apreciadoras do beijo, tenderão a beijos perversos ou, se forem homens, terão um poderoso motivo para beber e fumar. Caso sobrevenha o recalcamento, porém, sentirão nojo da comida e produzirão vômitos histéricos. Por força da dupla finalidade da zona labial, o recalcamento se estende à pulsão de nutrição. Muitas de minhas pacientes com distúrbios ali-

mentares, Globus hystericus, constrição na garganta e vômitos foram, na infância, firmes adeptas do chuchar.

No chuchar ou sugar com deleite já podemos observar as três características essenciais de uma manifestação sexual infantil. Esta nasce apoiando-se numa das funções somáticas vitais, ainda não conhece nenhum objeto sexual, sendo autoerótica, e seu alvo sexual acha-se sob o domínio de uma zona erógena. Antecipemos que essas características são válidas também para a maioria das outras atividades das pulsões sexuais infantis.

O alvo sexual da sexualidade infantil

a) Características das zonas erógenas

Do exemplo do chuchar podemos ainda deduzir várias coisas para a caracterização do que é uma zona erógena. Trata-se de uma parte da pele ou da mucosa em que certos tipos de estimulação provocam uma sensação prazerosa de determinada qualidade. Não há dúvida de que os estímulos produtores de prazer estão ligados a condições especiais que desconhecemos. Entre elas, o caráter rítmico deve desempenhar algum papel, impondo-se aqui a analogia com as cócegas. Menos seguro, parece, é se o caráter da sensação prazerosa provocada pelo estímulo pode ser designado de “particular”, particularidade essa em que estaria contido justamente o fator sexual. Em matéria de prazer e desprazer, a psicologia ainda tateia tanto no escuro que as hipóteses mais prudentes são as mais recomendáveis. Mais adiante, talvez deparemos com razões que pareçam sustentar a ideia de uma qualidade particular da sensação prazerosa.

A propriedade erógena pode ligar-se de maneira mais marcante a certas partes do corpo. Existem zonas erógenas predestinadas, como mostra o exemplo do chuchar. Mas esse exemplo ensina também que qualquer outro ponto da pele ou da mucosa pode tomar a seu encargo as funções de uma zona erógena, devendo,

portanto, ter certa aptidão para isso. Assim, a qualidade do estímulo, mais do que a natureza das partes do corpo, é que tem a ver com a produção da sensação prazerosa. A criança chuchadora perscruta seu corpo para sugar alguma parte dele, que depois, por hábito, torna-se a preferida; quando tropeça casualmente numa das partes predestinadas (os mamilos, a genitália), essa decerto retém a preferência. Uma capacidade de deslocamento inteiramente análoga reaparece na sintomatologia da histeria. Nessa neurose, o recalcamento afeta sobretudo as zonas genitais propriamente ditas, e essas transmitem sua excitabilidade a outras zonas erógenas, de outro modo relegadas na vida adulta, que então se comportam exatamente como genitais. Além disso, porém, tal como ocorre no chuchar, qualquer outra parte do corpo pode ser provida da excitabilidade da genitália e alçada à condição de zona erógena. As zonas erógenas e histerógenas exibem as mesmas características.

b) O alvo sexual infantil

O alvo sexual da pulsão infantil consiste em provocar a satisfação mediante a estimulação apropriada da zona erógena que de algum modo foi escolhida. Essa satisfação deve ter sido vivenciada antes para que reste daí uma necessidade de repeti-la, e é lícito esperarmos que a natureza tenha tomado medidas seguras para que essa vivência não fique entregue ao acaso. Já tomamos conhecimento do que é que promove a satisfação dessa finalidade no caso da zona labial: é a ligação simultânea dessa parte do corpo com a alimentação. Ainda depararemos com outros dispositivos semelhantes como fontes da sexualidade. O estado de necessidade de repetir uma satisfação transparece de duas maneiras: por um sentimento peculiar de tensão, que tem, antes, o caráter de desprazer, e por uma sensação de prurido ou estimulação centralmente condicionada e projetada para a zona erógena periférica. Por isso, pode-se também formular o alvo sexual de outra maneira: ele viria

substituir a sensação de estimulação projetada na zona erógena pelo estímulo externo que a abolisse ao provocar a sensação de satisfação. Esse estímulo externo consiste, na maioria das vezes, numa manipulação análoga ao sugar.

Está em perfeito acordo com nossos conhecimentos fisiológicos que a necessidade possa também ser evocada perifericamente, através de uma modificação real na zona erógena. Só é um tanto estranho que, para ser abolido, um estímulo pareça exigir a colocação de um segundo no mesmo lugar.

As manifestações sexuais masturbatórias

Só pode alegrar-nos sumamente descobrir que, uma vez compreendida a pulsão vinda de uma única zona erógena, não temos muito mais coisas importantes a aprender sobre a atividade sexual das crianças. As diferenças mais significativas dizem respeito às providências necessárias à satisfação, que, no caso da zona labial, consistiam no sugar, e que terão de ser substituídas por outras ações musculares conforme a posição e a natureza das outras zonas.

a) Atividade da zona anal

Tal como a zona dos lábios, a zona anal está apta, por sua posição, a mediar um apoio da sexualidade em outras funções corporais. É de se presumir que a importância erógena dessa parte do corpo seja originariamente muito grande. lnteiramonos pela psicanálise, não sem certo assombro, das transmutações por que normalmente passam as excitações sexuais dela provenientes e da frequência com que essa zona conserva durante toda a vida uma parcela considerável de excitabilidade genital. Os distúrbios intestinais tão frequentes na infância providenciam para que não faltem a essa zona excitações intensas. Os catarros intestinais na mais tenra idade deixam a criança "nervosa", como se costuma dizer; no adoecimento neurótico posterior, eles têm uma influência determinante na manifestação somática da neurose e colocam à disposição dela toda a soma

das perturbações intestinais. Considerando-se a significação erógena da zona retal, que se preserva ao menos em sua transmutação, tampouco podemos rir da influência das hemorróidas, às quais a medicina antiga atribuía tanta importância no esclarecimento dos estados neuróticos.

As crianças que tiram proveito da estimulabilidade erógena da zona anal denunciam-se por reterem as fezes até que sua acumulação provoca violentas contrações musculares e, na passagem pelo ânus, pode exercer uma estimulação intensa na mucosa. Com isso, hão de produzir sensações de volúpia ao lado das sensações dolorosas. Um dos melhores presságios de excentricidade e nervosismo posteriores é a recusa obstinada do bebê a esvaziar o intestino ao ser posto no troninho, ou seja, quando isso é desejado pela pessoa que cuida dele, ficando essa função reservada para quando aprouver a ele próprio. Naturalmente, não é que lhe interesse sujar a cama; ele está apenas providenciando para que não lhe escape o dividendo de prazer que vem com a defecação. Mais uma vez, os educadores têm razão ao chamarem de perversas [*schlimm*] as crianças que "retardam" essas funções.

O conteúdo intestinal, que, enquanto corpo estimulador, comporta-se em uma área de mucosa sexualmente sensível como precursor de outro órgão destinado a entrar em ação depois da fase da infância, tem ainda para o lactante outros importantes sentidos. É obviamente tratado como parte de seu próprio corpo, representando o primeiro "presente": ao desfazer-se dele, a criaturinha pode exprimir sua docilidade perante o meio que a cerca, e ao recusá-lo, sua obstinação. Do sentido de "presente", esse conteúdo passa mais tarde ao de "bebê", que, segundo uma das teorias sexuais infantis, é adquirido pela comida e nasce pelo intestino.

A retenção da massa fecal, a princípio intencionalmente praticada para tirar proveito da estimulação como que masturbatória

da zona anal, ou para ser empregada na relação com as pessoas que cuidam da criança, é, aliás, uma das raízes da constipação tão frequente nos neuropatas. Além disso, o sentido pleno da zona anal espelha-se no fato de se encontrarem muito poucos neuróticos que não tenham seus rituais escatológicos especiais, suas cerimônias e coisas similares, por eles cuidadosamente mantidos em segredo.

A estimulação masturbatória efetiva da zona anal com a ajuda do dedo, provocada por uma comichão centralmente determinada ou perifericamente mantida, não é nada rara nas crianças mais velhas.

b) Atividade da zona genital

Entre as zonas erógenas do corpo infantil encontra-se uma que decerto não desempenha o papel principal nem pode ser a portadora das moções sexuais mais antigas, mas que está destinada a grandes coisas no futuro. Nas crianças tanto de sexo masculino quanto feminino, está ligada à micção (glande, clitóris) e, nas primeiras, acha-se dentro de uma bolsa de mucosa, de modo que não pode faltar-lhe a estimulação por secreções que aticem precocemente a excitação sexual. As atividades sexuais dessa zona erógena, que faz parte dos órgãos sexuais propriamente ditos, são sem dúvida o começo da futura vida sexual "normal".

Por sua posição anatômica, pelas secreções em que estão banhadas, pela lavagem e fricção advindas dos cuidados com o corpo e por certas excitações acidentais (como as migrações de vermes intestinais nas meninas), é inevitável que a sensação prazerosa que essas partes do corpo são capazes de produzir se faça notar à criança já na fase de amamentação, despertando uma necessidade de repeti-la. Considerada a soma dos dispositivos existentes e ponderando que as providências para manter a limpeza mal podem atuar de

modo diferente da sujeira, custa evitar a conclusão de que é através do onanismo do lactante, do qual praticamente nenhum indivíduo escapa, que se estabelece a futura primazia dessa zona erógena na atividade sexual. A ação que elimina o estímulo e provoca a satisfação consiste num contato por fricção manual ou numa pressão (decerto preparada nos moldes de um reflexo) exercida com a mão ou unindo as coxas. Esse último método é de longe o mais frequente nas meninas. Nos meninos, a preferência pela mão já indica a importante contribuição que a pulsão de dominação está destinada a fazer para a atividade sexual masculina.

A bem da clareza, convém indicar que é preciso distinguir três fases da masturbação infantil. A primeira é própria do período de lactância, a segunda pertence à breve florescência da atividade sexual por volta do quarto ano de vida, e somente a terceira corresponde ao onanismo da puberdade, amiúde o único a ser levado em conta.

c) A segunda fase da masturbação infantil

O onanismo do lactante parece desaparecer após curto prazo, mas seu prosseguimento ininterrupto até a puberdade pode constituir o primeiro grande desvio do desenvolvimento a que se aspira para os seres humanos inseridos na cultura. Em algum momento da infância posterior ao período de amamentação, comumente antes do quarto ano, a pulsão sexual dessa zona genital costuma redespertar e novamente durar algum tempo, até ser detida por nova supressão, ou prosseguir ininterruptamente. As circunstâncias possíveis são muito variadas e só é viável apreciá-las mediante uma análise mais rigorosa dos casos individuais. Mas todos os detalhes dessa segunda fase de atividade sexual infantil deixam atrás de si as mais profundas marcas (inconscientes) na memória da pessoa, determinam o desenvolvimento de seu caráter, caso ela per-

maneça sadia, e a sintomatologia de sua neurose, caso venha a adoecer depois da puberdade. Nessa última eventualidade, constatamos que esse período sexual foi esquecido e que as lembranças conscientes que o testemunham foram deslocadas; já afirmei que eu também vincularia a amnésia infantil normal com essa atividade sexual infantil. Através da investigação psicanalítica é possível tornar consciente o esquecido e, desse modo, eliminar uma compulsão que provém do material psíquico inconsciente.

d) O retorno da masturbação da lactância

A excitação sexual do período de lactância retorna nos anos infantis já indicados, seja como um estímulo de prurido centralmente condicionado, que exorta a uma satisfação masturbatória, seja como um processo da natureza de uma polução, que, em analogia com as poluções da maturidade, chega à satisfação sem a ajuda de ação alguma. Esse último caso é o mais frequente nas meninas e na segunda metade da infância; não é inteiramente compreensível em termos do que o condiciona e, muitas vezes, embora não regularmente, parece ter como premissa um período anterior de onanismo ativo. A sintomatologia dessas manifestações sexuais é escassa; o que dá sinal do aparelho sexual ainda não desenvolvido é, na maioria das vezes, o aparelho urinário, que funciona, por assim dizer, como tutor dele. A maioria dos chamados distúrbios vesicais dessa época são perturbações sexuais; a enurese noturna, quando não representa um ataque epilético, corresponde a uma polução.

Para o reaparecimento da atividade sexual são decisivas as causas internas e as contingências externas, ambas as quais podem ser inferidas, nos casos de doença neurótica, desde a forma dos sintomas, sendo descobertas com certeza através da investigação psicanalítica. Sobre as causas internas falaremos mais adiante; as contingências fortuitas externas ganham nesse período uma

importância grande e duradoura. Em primeiro plano, situa-se a influência da sedução, que trata a criança prematuramente como objeto sexual e que, em circunstâncias que causam forte impressão, ensina-a a conhecer a satisfação das zonas genitais – satisfação que ela fica quase sempre obrigada a renovar pelo onanismo. Tal influência pode provir de adultos ou de outras crianças; não me é possível admitir que, em meu ensaio *A Etiologia da Histeria* (1896c), eu tenha superestimado sua frequência ou sua importância, embora eu ainda não soubesse, na época, que os indivíduos que permanecem normais podem ter tido na infância as mesmas experiências, e por isso tenha dado maior valor à sedução do que aos fatores da constituição e do desenvolvimento sexuais. É evidente que a sedução não é necessária para despertar a vida sexual da criança, podendo esse despertar surgir também, espontaneamente, de causas internas.

e) Disposição perversa polimorfa

É instrutivo que a criança, sob a influência da sedução, possa tornar-se perversa polimorfa e ser induzida a todas as transgressões possíveis. Isso mostra que traz em sua disposição a aptidão para elas; por isso sua execução encontra pouca resistência, já que, conforme a idade da criança, os diques anímicos contra os excessos sexuais – a vergonha, o asco e a moral – ainda não foram erigidos ou estão em processo de construção. Nesse aspecto, a criança não se comporta de maneira diversa da mulher inculta média, em quem se conserva a mesma disposição perversa polimorfa. Em condições usuais, ela pode permanecer sexualmente normal, mas, guiada por um sedutor habilidoso, terá gosto em todas as perversões e as reterá em sua atividade sexual. Essa mesma disposição polimorfa e, portanto, infantil é também explorada pelas prostitutas no exercício de sua profissão, e no imenso número de mulheres prostituídas ou em quem se deve supor uma aptidão para a pros-

tituição, embora tenham escapado ao exercício dela, é impossível não reconhecer nessa tendência uniforme a todo tipo de perversões algo que é universalmente humano e originário.

f) Pulsões parciais

De resto, a influência da sedução não ajuda a revelar as circunstâncias iniciais da pulsão sexual, mas antes confunde nossa visão dela, uma vez que apresenta prematuramente à criança um objeto sexual de que, a princípio, a pulsão sexual infantil não mostra nenhuma necessidade. Contudo, devemos admitir que também a vida sexual infantil, apesar da dominação preponderante das zonas erógenas, exibe componentes que desde o início envolvem outras pessoas como objetos sexuais. Dessa natureza são as pulsões do prazer de olhar e de exibir, bem como a de crueldade, que aparecem com certa independência das zonas erógenas e só mais tarde entram em relações estreitas com a vida genital, mas que já na infância se fazem notar como aspirações autônomas, inicialmente separadas da atividade sexual erógena. A criança pequena é, antes de mais nada, desprovida de vergonha, e em certos períodos de seus primeiros anos mostra uma satisfação inequívoca no desnudamento do corpo, com ênfase especial nas partes sexuais. A contrapartida dessa inclinação tida como perversa – a curiosidade de ver a genitália de outras pessoas – provavelmente só se torna manifesta um pouco mais tarde na infância, quando o obstáculo do sentimento de vergonha já atingiu certo desenvolvimento. Sob a influência da sedução, a perversão de ver pode alcançar grande importância na vida sexual da criança. Entretanto, minhas investigações da meninice tanto de pessoas sadias quanto de doentes neuróticos forçam-me a concluir que a pulsão de ver pode surgir na criança como uma manifestação sexual espontânea. As crianças pequenas cuja atenção foi atraída, em algum momento, para sua própria genitália

– geralmente pela masturbação – costumam dar o passo adicional sem ajuda externa e desenvolver vivo interesse pelos genitais de seus coleguinhas. Dado que as oportunidades de satisfazer tal curiosidade em geral só se apresentam quando da satisfação das duas necessidades excrementícias, tais crianças tornam-se *voyeurs*, zelosos espectadores da micção e da defecação de outrem. Uma vez sobrevindo o recalcamento dessas inclinações, a curiosidade de ver a genitália alheia (seja do mesmo sexo, seja do sexo oposto) persiste como uma pressão torturante, que em muitos casos de neurose fornece, posteriormente, a mais poderosa força impulsora para a formação do sintoma.

Com independência ainda maior das outras atividades sexuais vinculadas às zonas erógenas desenvolve-se na criança o componente de crueldade da pulsão sexual. A crueldade é perfeitamente natural no caráter infantil, já que a trava que faz a pulsão de dominação deter-se ante a dor do outro – a capacidade de compadecer-se – tem desenvolvimento relativamente tardio. É sabido que ainda não se teve êxito na análise psicológica exaustiva dessa pulsão; podemos supor que o impulso cruel provenha da pulsão de dominação e surja na vida sexual numa época em que os genitais ainda não assumiram seu papel posterior. Assim, ela domina uma fase da vida sexual que mais adiante descreveremos como organização pré-genital. As crianças que se distinguem por uma crueldade peculiar para com os animais e os companheiros despertam, em geral justificadamente, a suspeita de uma atividade sexual intensa e precoce advinda das zonas erógenas, e mesmo no amadurecimento precoce e simultâneo de todas as pulsões sexuais, a atividade sexual erógena parece ser primária. A ausência da barreira da compaixão traz consigo o risco de que esse vínculo estabelecido na infância entre as pulsões cruéis e as erógenas torne-se depois indissolúvel na vida.

Desde as *Confissões* de Jean-Jacques Rousseau, a estimulação dolorosa da pele das nádegas tem sido reconhecida por todos os educadores como uma das raízes erógenas da pulsão passiva de crueldade (masoquismo). Disso eles concluíram com acerto que o castigo corporal, que quase sempre incide nessa parte do corpo, deve ser evitado em todas as crianças cuja libido, através das exigências posteriores da educação cultural, possa ser forçada para vias colaterais.

A investigação sexual infantil

a) A pulsão de saber

Ao mesmo tempo em que a vida sexual da criança chega em sua primeira florescência, entre os 3 e os 5 anos, também se inicia nela a atividade que se inscreve na pulsão de saber ou de investigar. Essa pulsão não pode ser computada entre os componentes pulsionais elementares, nem exclusivamente subordinada à sexualidade. Sua atividade corresponde, de um lado, a uma forma sublimada de dominação e, de outro, trabalha com a energia escopofílica. Suas relações com a vida sexual, entretanto, são particularmente significativas, já que constatamos pela psicanálise que na criança a pulsão de saber é atraída de maneira insuspeitadamente precoce e inesperadamente intensa pelos problemas sexuais e, talvez, seja até despertada por eles.

b) O enigma da esfinge

Não são interesses teóricos, mas práticos, que põem em marcha a atividade investigatória na criança. A ameaça trazida para suas condições existenciais pela chegada conhecida ou suspeitada de novo bebê, assim como o medo de que esse acontecimento traga consigo a perda de cuidados e de amor, tornam a criança pensativa e perspicaz. O primeiro problema de que ela se ocupa, em consonância com essa história do despertar da pulsão de saber, não é a questão da diferença sexual, e sim

o enigma; de onde vêm os bebês? Numa distorção facilmente anulável, esse é também o enigma proposto pela Esfinge de Tebas. Ao contrário, o fato de existirem dois sexos é inicialmente aceito pela criança sem nenhuma rebeldia ou hesitação. Para o menino, é natural presumir uma genitália igual à sua em todas as pessoas que ele conhece, sendo-lhe impossível conjugar a falta dela com sua representação dessas outras pessoas.

c) Complexo de castração e inveja do pênis

Essa convicção é energicamente sustentada pelos meninos, obstinadamente defendida contra a tradição que logo resulta da observação, e somente abandonada após sérias lutas internas (o complexo de castração). As formações substitutivas desse pênis perdido das mulheres desempenham grande papel na forma assumida pelas diversas perversões.

A suposição de uma genitália idêntica (masculina) em todos os seres humanos é a primeira das notáveis e momentosas teorias sexuais infantis. Tem pouca serventia para a criança que a ciência biológica dê razão a seu preconceito e tenha de reconhecer o clitóris feminino como um autêntico substituto do pênis. Já a garotinha não incorre em semelhantes recusas ao avistar os genitais do menino, com sua conformação diferente. Está pronta a reconhecê-lo de imediato e é tomada pela inveja do pênis, que culmina no desejo de ser também um menino, tão importante em suas consequências.

d) Teorias do nascimento

Muitas pessoas recordam com clareza a intensidade com que se interessaram, no período pré-púbere, pela questão da proveniência dos bebês. As soluções anatômicas então concebidas foram dos mais diversos tipos: eles sairiam do seio, ou se recortariam do ventre, ou o umbigo se abriria para deixá-los passar. Fora da análise, é muito raro haver lembranças de uma investigação correspondente nos primeiros anos da infância;

há muito ela sucumbiu ao recalcamento, mas seus resultados são uniformes: os filhos chegam quando se come determinada coisa (como nos contos de fadas) e nascem pelo intestino, como na eliminação de fezes. Essas teorias infantis fazem lembrar condições existentes no reino animal, sobretudo a cloaca dos tipos de animal inferior aos mamíferos.

e) A concepção sádica da relação sexual

Quando as crianças em tão tenra idade assistem à relação sexual entre adultos, o que é ensejado pela convicção dos mais velhos de que a criança pequena não pode entender nada de sexual, elas não podem deixar de conceber o ato sexual como uma espécie de sevícia ou subjugação, ou seja, de encará-lo num sentido sádico. A psicanálise também nos permite verificar que uma impressão dessa natureza na primeira infância contribui em muito para a predisposição a um deslocamento sádico posterior do alvo sexual. Ademais, as crianças se ocupam muito com o problema de saber em que consiste a relação sexual, ou, como dizem elas, em que consiste ser casado, e costumam buscar a solução do mistério em alguma atividade conjunta proporcionada pelas funções de micção ou defecação.

f) O fracasso típico da investigação sexual infantil

Em geral, pode-se dizer das teorias sexuais infantis que elas são reflexos da própria constituição sexual da criança, e que, apesar de seus erros grotescos, testemunham maior compreensão dos processos sexuais do que se pretenderia de seus criadores. As crianças também percebem as alterações provocadas na mãe pela gravidez e sabem interpretá-las corretamente; a fábula da cegonha é amiúde contada a uma plateia que a recebe com desconfiança profunda, embora quase sempre silenciosa. Mas como dois elementos permanecem desconhecidos na investigação sexual infantil, a saber, o papel do sêmen fecundante e a existência do orifício sexual feminino – os mesmos pontos, aliás, em que

a organização sexual infantil ainda está atrasada –, os esforços do pequeno investigador são geralmente infrutíferos, e acabam numa renúncia que não raro deixa como sequela um prejuízo permanente para a pulsão de saber. A investigação sexual desses primeiros anos da infância é sempre feita na solidão; significa um primeiro passo para a orientação autônoma no mundo e estabelece intenso alheamento da criança com as pessoas de seu meio que antes gozavam de sua total confiança.

As fases de desenvolvimento da organização sexual

Até agora, destacamos como características da vida sexual infantil o fato de ela ser essencialmente autoerótica (seu objeto encontra-se no próprio corpo) e de suas pulsões parciais serem inteiramente desvinculadas e independentes entre si em seus esforços pela obtenção de prazer. O desfecho do desenvolvimento constitui a chamada vida sexual normal do adulto, na qual a obtenção de prazer fica a serviço da função reprodutora, e as pulsões parciais, sob o primado de uma única zona erógena, formam uma organização sólida para a consecução do alvo sexual num objeto sexual alheio.

a) Organizações pré-genitais

O estudo das inibições e perturbações desse processo de desenvolvimento, com a ajuda da psicanálise, permite-nos identificar os rudimentos e etapas preliminares de tal organização das pulsões parciais, que ao mesmo tempo resultam numa espécie de regime sexual. Essas fases da organização sexual são normalmente atravessadas sem dificuldade, revelando-se apenas por alguns indícios. Somente nos casos patológicos é que são ativadas e se tornam passíveis de conhecimento pela observação grosseira.

Chamaremos pré-genitais às organizações da vida sexual em que as zonas genitais ainda não assumiram seu papel preponderante. Até aqui tomamos conhecimento de duas delas, que

dão a impressão de constituir recaídas em estados anteriores da vida animal.

A primeira dessas organizações sexuais pré-genitais é a oral, ou, se preferirmos, canibalesca. Nela, a atividade sexual ainda não se separou da nutrição, nem tampouco se diferenciaram correntes opostas em seu interior. O objeto de uma atividade é também o da outra, e o alvo sexual consiste na incorporação do objeto – modelo do que mais tarde irá desempenhar, sob a forma da identificação, um papel psíquico tão importante. Como resíduo dessa hipotética fase de organização que nos foi imposta pela patologia, podemos ver o chuchar, no qual a atividade sexual, desligada da atividade de alimentação, renunciou ao objeto alheio em troca de um objeto situado no próprio corpo.

Uma segunda fase pré-genital é a da organização sádico-anal. Nela, a divisão em opostos que perpassa a vida sexual já se constituiu, mas eles ainda não podem ser chamados de masculino e feminino, e sim ativo e passivo. A atividade é produzida pela pulsão de dominação através da musculatura do corpo, e como órgão do alvo sexual passivo o que se faz valer é, antes de mais nada, a mucosa erógena do intestino; mas há para essas duas aspirações opostas objetos que não coincidem. Ao lado disso, outras pulsões parciais atuam de maneira autoerótica. Nessa fase, portanto, já é possível demonstrar a polaridade sexual e o objeto alheio, faltando ainda a organização e a subordinação à função reprodutora.

b) Ambivalência

Essa forma da organização sexual pode conservar-se por toda a vida e atrair permanentemente para si boa parcela da atividade sexual. O predomínio do sadismo e o papel de cloaca desempenhado pela zona anal conferem-lhe um cunho singularmente arcaico. Como característica adicional, é próprio dela que os pares opostos de pulsões estejam desenvolvidos de maneira

aproximadamente igual, num estado de coisas descrito pela oportuna designação de "ambivalência", introduzida por Bleuler. A hipótese das organizações pré-genitais da vida sexual repousa na análise das neuroses e é difícil apreciá-la independentemente do conhecimento destas. Podemos esperar que a continuidade dos esforços analíticos venha a fornecer-nos muito mais informações sobre a estrutura e o desenvolvimento da função sexual normal.

Para completar o quadro da vida sexual infantil, é preciso acrescentar que, com frequência ou regularmente, já na infância se efetua uma escolha objetal como a que mostramos ser característica da fase de desenvolvimento da puberdade, ou seja, o conjunto das aspirações sexuais orienta-se para uma única pessoa, na qual elas pretendem alcançar seus objetivos. Na infância, portanto, essa é a maior aproximação possível da forma definitiva assumida pela vida sexual depois da puberdade. A diferença dessa última reside apenas em que a concentração das pulsões parciais e sua subordinação ao primado da genitália não são conseguidas na infância, ou só o são de maneira muito incompleta. Assim, o estabelecimento desse primado a serviço da reprodução é a última fase por que passa a organização sexual.

c) Os dois tempos da escolha objetal

Pode-se considerar como ocorrência típica que a escolha de objeto se efetue em dois tempos, em duas ondas. A primeira delas começa entre os 2 e os 5 anos e retrocede ou é detida pelo período de latência; caracteriza-se pela natureza infantil de seus alvos sexuais. A segunda sobrevém com a puberdade e determina a configuração definitiva da vida sexual.

Mas a existência da bitemporalidade da escolha objetal, que se reduz essencialmente ao efeito do período de latência, é de suma importância para o desarranjo desse estado final. Os

resultados da escolha objetal infantil prolongam-se pelas épocas posteriores; ou se conservam como tal ou passam por uma renovação na época da puberdade. Contudo, revelam-se inutilizáveis, em consequência do recalcamento que se desenvolve entre as duas fases. Seus alvos sexuais foram amenizados e agora representam o que se pode descrever como a corrente de ternura da vida sexual. Somente a investigação psicanalítica pode demonstrar que, por trás dessa ternura, dessa veneração e respeito, ocultam-se as antigas aspirações sexuais, agora imprestáveis, das pulsões parciais infantis. A escolha de objeto da época da puberdade tem de renunciar aos objetos infantis e recomeçar como uma corrente sensual. A não confluência dessas duas correntes tem como consequência, muitas vezes, a impossibilidade de se alcançar um dos ideais da vida sexual – a conjugação de todos os desejos num único objeto.

As fontes da sexualidade infantil

No esforço de rastrear as origens da pulsão sexual, descobrimos até agora que a excitação sexual nasce (a) como a reprodução de uma satisfação vivenciada em relação a outros processos orgânicos; (b) pela estimulação periférica apropriada das zonas erógenas; e (c) como expressão de algumas "pulsões" que ainda não nos são inteiramente compreensíveis em sua origem, como a pulsão de ver e a pulsão para a crueldade. A investigação psicanalítica, que retrocede de uma época posterior para a infância, e a observação contemporânea da criança conjugam-se para nos apontar outras fontes que fluem regularmente para a excitação sexual. A observação de crianças tem a desvantagem de trabalhar com dados facilmente passíveis de mal-entendidos, e a psicanálise é dificultada pelo fato de só poder chegar a seus dados e conclusões depois de longos rodeios; em cooperação, entretanto, os dois métodos obtêm um grau satisfatório de certeza de conhecimentos.

Pela investigação das zonas erógenas, já descobrimos que essas regiões da pele meramente mostram uma intensificação especial de um tipo de estimulabilidade que, em certo grau, é próprio de toda a superfície cutânea. Portanto, não nos surpreenderá constatar que é possível atribuir efeitos erógenos muito claros a certos tipos de estimulação geral da pele. Entre esses, destacamos acima de tudo os estímulos térmicos, o que talvez facilite nossa compreensão do efeito terapêutico dos banhos quentes.

a) Excitações mecânicas

Devemos ainda arrolar aqui a produção de excitação sexual pela agitação mecânica e ritmada do corpo, na qual devemos distinguir três formas de atuação estimulatória: no aparato sensorial dos nervos vestibulares, na pele e nas áreas profundas (músculos, aparelho articular). A existência das sensações prazerosas assim geradas – vale enfatizar que é lícito empregarmos indistintamente, numa vasta medida, "excitação sexual" e "satisfação", cabendo-nos o dever de buscar mais adiante uma explicação para isso –, a existência dessas sensações prazerosas, produzidas por certos tipos de agitação mecânica do corpo, é confirmada pelo fato de as crianças gostarem tanto das brincadeiras de movimento passivo, como serem balançadas e jogadas para o alto, e de pedirem incessantemente que sejam repetidas. Sabe-se que é costumeiro usar o recurso de embalar as crianças inquietas para fazê-las adormecer. O balanço das carruagens e, mais tarde, das viagens de trem exerce um efeito tão fascinante nas crianças mais velhas que pelo menos todos os meninos, em algum momento da vida, quiseram ser condutores de trem ou cocheiros quando crescessem. Eles dedicam intrigante interesse de extraordinária intensidade a tudo o que se relaciona com as ferrovias e, na idade em que se ativa a fantasia (pouco antes da puberdade), fazem disso o núcleo de um simbolismo singularmente sexual. É evidente

que a compulsão a estabelecer tal vínculo entre as viagens ferroviárias e a sexualidade provém do caráter prazeroso das sensações de movimento. Sobrevindo então o recalcamento, que converte tantas das predileções infantis em seu oposto, essas mesmas pessoas, quando adolescentes ou adultas, reagirão com náuseas aos balanços e sacolejos, ficarão terrivelmente esgotadas pelas viagens de trem, ou tenderão a sofrer ataques de angústia nas viagens, protegendo-se da repetição dessa experiência dolorosa através de pavor às ferrovias.

Alinha-se aqui o fato, ainda não compreendido, de que a conjugação do susto com a agitação mecânica produz a grave neurose traumática histeriforme. Podemos ao menos supor que essas influências, que numa intensidade ínfima se transformam em fontes de excitação sexual, provoquem, em medida excessiva, profunda desordem no mecanismo ou na química sexual.

b) Atividade muscular

É sabido que a atividade muscular intensa é, para a criança, uma necessidade de cuja satisfação ela extrai um prazer extraordinário. Se esse prazer tem algo a ver com a sexualidade, se encerra em si mesmo uma satisfação sexual, ou se pode converter-se no ensejo de uma excitação sexual, tudo isso é passível de considerações críticas que, de fato, podem também apontar contra a colocação contida nos parágrafos precedentes, a saber, que o prazer extraído das sensações de movimento passivo é de natureza sexual ou produz excitação sexual. Mas o fato é que uma série de pessoas informa ter vivenciado os primeiros sinais de excitação em sua genitália no curso de brigas ou lutas com seus companheiros de brincadeiras, situação na qual, além do esforço muscular generalizado, há ainda estreito contato com a pele do oponente. A tendência a travar lutas musculares com determinada pessoa, bem como, em épocas posteriores, a inclinação às disputas verbais [“provoca-se o que se ama”] são bom sinal

de que a escolha de objeto recaiu sobre essa pessoa. Na promoção da excitação sexual através da atividade muscular caberia reconhecer uma das raízes da pulsão sádica. Em muitos indivíduos, a vinculação infantil entre as lutas corporais e a excitação sexual é codeterminante da orientação privilegiada que assumirá, mais tarde, sua pulsão sexual.

c) Processos afetivos

Menores são as dúvidas a que ficam sujeitas as outras fontes de excitação sexual na criança. É fácil demonstrar, tanto pela observação contemporânea quanto pela investigação posterior, que todos os processos afetivos mais intensos, até mesmo as excitações assustadoras, propagam-se para a sexualidade, o que, aliás, pode contribuir para a compreensão do efeito patogênico de tais abalos anímicos. Nos escolares, o pavor de fazer uma prova ou a tensão diante de uma tarefa difícil de solucionar podem ser importantes não só para seu relacionamento com a escola, mas também para a irrupção de manifestações sexuais, na medida em que, nessas circunstâncias, é muito frequente surgir uma sensação estimuladora que incita ao contato com a genitália, ou ainda um processo da natureza de uma polução, como todas as suas consequências desconcertantes. O comportamento das crianças na escola, que propõe aos professores um número bastante grande de enigmas, merece, em geral, ser relacionado com o desabrochar de sua sexualidade. O efeito sexualmente excitante de muitos afetos que em si são desprazerosos, tais como a angústia, o medo ou o horror, conserva-se num grande número de seres humanos por toda a vida e, sem dúvida, explica por que tantas pessoas correm atrás da oportunidade de vivenciar tais sensações, desde que haja apenas certas circunstâncias secundárias (a pertença a um mundo imaginário, à leitura ou ao teatro) para atenuar a gravidade da sensação desprazerosa.

Presumindo-se que também as sensações de dor intensa provoquem o mesmo efeito erógeno, sobretudo quando a dor é abrandada ou mantida à distância por alguma condição concomitante, estaria nessa vinculação uma das principais raízes da pulsão sadomasoquista, de cujas múltiplas complexidades vamos assim ganhando aos poucos algum discernimento.

d) Trabalho intelectual

Por fim, é inequívoco que a concentração da atenção numa tarefa intelectual, bem como o esforço intelectual em geral, têm por consequência produzir em muitas pessoas, tanto jovens quanto adultas, uma excitação sexual concomitante, o que por certo constitui a única base justificável para a tão duvidosa prática de derivar as perturbações nervosas do "excesso de trabalho" intelectual.

Correndo agora os olhos por essas provas e esses indícios fornecidos sobre as fontes da excitação sexual infantil, e que não foram completos nem exaustivos, podemos vislumbrar ou reconhecer os seguintes traços universais: parece que as mais abundantes providências são tomadas para que o processo da excitação sexual – cuja natureza decerto se tornou bastante enigmática para nós – seja posto em andamento. Cuidam disso, antes de mais nada, e de maneira mais ou menos direta, as excitações das superfícies sensíveis – a pele e os órgãos sensoriais – e, da maneira mais imediata, a influência dos estímulos sobre certas áreas designadas como zonas erógenas. O elemento decisivo nessas fontes de excitação sexual é, sem dúvida, a qualidade do estímulo, embora o fator da intensidade (no caso da dor) não seja de todo indiferente. Além disso, porém, existem no organismo dispositivos cuja consequência é fazer com que a excitação sexual surja como um efeito concomitante num grande número de processos internos, tão logo a intensidade desses processos ultrapasse certos limites

quantitativos. O que chamamos de pulsões parciais da sexualidade deriva diretamente dessas fontes internas da excitação sexual, ou então se compõe de contribuições vindas dessas fontes e das zonas erógenas. É possível que nada de maior importância ocorra no organismo sem fornecer seus componentes para a excitação da pulsão sexual.

Não me parece possível, no momento, trazer maior clareza e segurança a essas proposições gerais, e responsabilizo dois fatores por isso: primeiro, a novidade de todo o método de abordagem, e segundo, a circunstância de a natureza da excitação sexual ser-nos inteiramente desconhecida.

CRONOLOGIA

1855 - Casam-se Jacob Freud e Amália Nathansohn.

1856 - Nasce Sigsmund Schlomo Freud (em 1877, abrevia o nome para Sigmund Freud) em 6 de maio, em Freiberg, na Moravia, região da Europa Central e que hoje faz a parte oriental da República Checa. Freud era o mais velho dos oito filhos do casamento de seu pai, além de dois meio-irmãos que regulavam a idade de sua mãe.

1865-1873 - Realiza estudos no Sperl Gymnasium, a partir dos 9 anos de idade, graduando-se aos 17, com a distinção *summa cum laude*. Inicia estudos universitários na Universidade de Viena, no curso de medicina, graduando-se em 1881, com 25 anos.

1885 - Chega a Paris, em meados de outubro, com uma bolsa de estudos. Trabalha e estuda no Laboratório Patológico de Jean Martin Charcot, no Hospital Salpêtrière.

1886 - De volta a Viena, casa-se com Martha Bernays, em 14 de setembro.
O casal teve seis filhos e morou na Rua Bergasse nº 19, onde Freud mantinha seu consultório e gabinete privado.

1938 - Imigra para Inglaterra, em 2 de junho.

1939 - Morre em 23 de setembro, aos 83 anos.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Sigmund Freud em português

FREUD, A. *Infância normal e patológica:* determinantes do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

______, S. *Obras psicológicas completas.* Rio de Janeiro: Imago, 2006. 23 v.

Obras sobre Sigmund Freud em português

ALMEIDA, S. F. C.; ARAÚJO, C. M. *Psicologia escolar*: construção e consolidação de identidade profissional. Campinas: Alínea, 2005.

ASSOCIAÇAO PSICANALITICA DE PORTO ALEGRE. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofício, 1995.

BACHA, M. N. *Psicanálise e educação:* laços refeitos. São Paulo: Casa do Psicólogo, Editora UFMS, 2003.

BOSSA, N. A. *Fracasso escolar*: um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CIFALI, M.; IMBERT, F. *Freud e a pedagogia.* São Paulo: Loyola, 1999.

CORDIÉ, A. *Os atrasos não existem*: psicanálise de crianças com fracasso escolar. Porto Alegre: Artes Médica, 1987.

CORREA, A. C. *O avesso do modelo:* bons professores e a psicanálise. Petrópolis: Vozes, 2003.

D'ELBOUX COUTO, M. J. B. *Psicanálise e educação:* a sedução e a tarefa de educar. Campinas: Avercamp, 2003.

FILLOUX, J-C. *Psicanálise e educação.* São Paulo: Expressão e Arte, 2002.

FREUD pensa a educação. *Revista Educação: Biblioteca do Professor*, São Paulo, Segmento, n. 1, n. especial, 2006.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente.* Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

______. *Introdução à metapsicologia freudiana 1.* Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

______. *Introdução à metapsicologia freudiana 2.* Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

______. *Introdução à metapsicologia freudiana 3.* Rio de Janeiro: Zahar. 1996.

GAY, P. *Freud:* uma vida para o nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUTIERRA, B. C. C. *Adolescência, psicanálise e educação.* Campinas: Avercamp, 2003.

HANNS, L. J. *Dicionário comentado do alemão de Freud.* Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JERUSALINSKY, A. *Psicanálise e desenvolvimento infantil*: um enfoque transdisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

JONES, E. *Vida e obra de Sigmund Freud.* Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

KUPFER, M. C. M. *Educação para o futuro.* São Paulo: Escuta, 2000.

______. *Freud e educação:* o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1992.

______. *Tratamento e escolarização de crianças.* Salvador: Ágalma, 2000.

______; COLLI, F. A. G. *Travessias:* inclusão escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

LAJONQUIERE, L. *De Piaget a Freud.* São Paulo: Vozes, 2004.

______. A criança, "sua" (in)disciplina e a psicanálise. In: AQUINO, J. G. *Indisciplina na escola*: alternativas, teorias e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

______. *Infância e ilusão (psico)pegadógica.* São Paulo: Vozes, 1999.

______. Sigmund Freud, a educação crianças. *Estilos da Clínica*, São Paulo, n. 12, 2002.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de psicanálise.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEPSI. *A Educação e os impasses da psicanálise.* São Paulo: IP/FE-USP, 1999.

LOPES, E. M. T. *A Psicanálise escuta a educação.* São Paulo: Autêntica, 1998.

MACEDO, L; ASSIS, B A de (Orgs). *Psicanálise e pedagogia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MANONNI, M. *Educação impossível.* São Paulo: Francisco Alves, 1977.

______. *Da paixão do ser a loucura de saber*: Freud, os anglo-saxões e Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

MILLOT, C. *Freud anti-pedagogo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

MRECH, L. M. *Psicanálise e educação*: novos operadores de leitura. São Paulo: Pioneira, 1999.

______. (Org). *O impacto da psicanálise na educação.* Campinas: Avercamp, 2005.

PEREIRA, M. R. *O avesso do modelo:* os bons professores e a psicanálise. São Paulo: Vozes, 2003.

PETRI, R. *Psicanálise e educação no tratamento da criança*. São Paulo: Anna Blume, 2003.

OLIVEIRA, J. H. B. *Filosofia, psicanálise e educação*. Lisboa: Almedina, 1997.

SANCHES, R. M. *Psicanálise e educação.* São Paulo: Escuta, 2002.

SPELLER, M. A. R. *Psicanálise e educação:* caminhos cruzáveis. São Paulo: Plano, 2004.

SOUZA, A S L. *Pensando a inibição intelectual*: perspectiva psicanalítica e proposta diagnóstica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

SOUZA, M. C. C. C. *Os professores escutaram a psicanálise*: mas quais foram os efeitos? Campinas: Avercamp, 2005.